



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 18

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

1.º Reunião em 04/11/2022

Aos quatro dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltou o Vogal Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e o Presidente de Junta (demissionário) António Augusto Cruz de Aguiar⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, António José Jesus Monteiro, e António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos serviços da subunidade de apoio para consulta.⁰⁰⁴

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Ata n.º 15 – Sessão Ordinária de Setembro – reunião realizada em 09-09-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, os presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, e o Presidente de Junta António Augusto Cruz de Aguiar.

Ata n.º 16 – Sessão Extraordinária em Setembro – reunião realizada em 30-09-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram, os presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Jorge Manuel Correia Girão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, e o Presidente de Junta de Freguesia, António Augusto Cruz de Aguiar.

Ata n.º 17 – Sessão Extraordinária em Outubro – reunião realizada em 13-10-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁷

Não votaram, os presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rita Alexandra Monteiro Baptista, David Filipe Ramos Silva, e os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, e António Cruz de Aguiar.

(Entrou na sala a Vogal Maria Teresa Fernandes Pires)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:⁰⁰⁸

“Senhor Presidente é sobre a data da sequência desta sessão. É evidente que estou de acordo que seja anunciado na convocatória as datas de continuação das sessões. Agora, depois de ter sido convocada a sessão que seja alterada a data de sexta-feira que é o dia que o regimento prevê e alterar para uma 5.ª feira, sem haver alguma justificação não é aceitável. É só.”

Presidente da Mesa⁰⁰⁹

“Realmente não é costume nem é habitual. Mas deveu-se a dificuldades de agenda e, portanto, tivemos de fazer esta alteração da qual peço desculpa por algum incomodo que possa trazer, mas as datas são sempre uma indicação daquilo que está previsto para continuação e no pressuposto de que possa haver prolongamento, porque também nunca sabemos se há ou não.”

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pela Imediata Automatização da Atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos;

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 03SET22 a 31OUT22;

Ponto 3 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global Consolidado de Recrutamentos Autorizados 2023;

Ponto 4 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2023;

Ponto 5 - Apreciação e votação da Derrama para 2023;

Ponto 6 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2023;

Ponto 7 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2023.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰¹⁰ ao Vogal do CHEGA, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, para apresentar um Voto de Saudação “47 anos sobre o 25 de novembro de 1975”.

Vogal Gabriel Bernardo (CH):⁰¹¹

“Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhores vereadores, Senhores deputados municipais. Vou então ler o voto de saudação «Voto de saudação “47 anos sobre o 25 de novembro de 1975”

No próximo dia 25 de novembro completar-se-ão 47 anos sobre o 25 de novembro de 1975. Nesse dia, o Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, colocaram um fim aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura comunista em Portugal.

Os valores iniciais de abril de 1974 haviam sofrido, ao longo de mais de um ano, um duro golpe levado a cabo por forças de extrema-esquerda. No entanto, graças à determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da Amadora e pelos seus apoiantes, esse golpe felizmente não vingou. O 25 de novembro de 1975, data decisiva da nossa História mais recente, marcou assim em definitivo o fim do período de transição revolucionária PREC (Processo Revolucionário Em Curso) e a instauração da Democracia em Portugal.

Passados 47 anos, a data do 25 de novembro continua a ser largamente ignorada da História de Portugal, facto esse que lamentamos. Nós, entendemos o 25 de novembro como a reposição dos valores originais de Abril, e por isso como uma data que deve ser recordada!

Nesse sentido, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida na sessão ordinária de 04 de novembro de 2022, aprova um voto de saudação ao 25 de novembro de 1975.»

Vogal António Salavessa (PCP):⁰¹³

“Eu saúdo veementemente evocação do dia 25 de Novembro. O dia 25 de Novembro é um dia que vamos estar presentes na nossa vida quotidiana e nossa prática social e política. É por isso que farei todo o possível para que no dia 25 de Novembro, e fique bem clara a nossa posição relativamente a este tema, portanto no Dia Internacional da eliminação da violência contra as mulheres, nós estaremos a festejar o 25 de Novembro.”

Vogal Marta Dutra (PAN):⁰¹⁴

“Boa noite. Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento os demais presentes e quem nos possa acompanhar lá em casa. Nós não retiramos a importância ao 25 de Novembro, mas também não cedemos a tentativas de instrumentalização da história, o que tem acontecido na nossa história recente. Preocupa-nos, isso sim, a existência de partidos extremistas, camuflados de democratas que representam hoje uma séria ameaça à própria democracia. A democracia não é um sistema perfeito, mas tem demonstrado ser o melhor sistema. Necessitamos de implementar medidas que a fortaleçam. Como um combate sério à corrupção, descentralizar o poder, apostar na transparência e numa maior aproximação dos cidadãos às decisões políticas. Ditadura em Portugal camuflada de democracia é que não.”

Vogal Inês Abreu (CDS)⁰¹⁵

Vogal Ana Seíça Neves (PS):⁰¹⁶

“Eu não consegui perceber, peço desculpa, mas falou muito baixo. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente, e na pessoa do Senhor Presidente cumprimento não só o Executivo, mas também todos os senhores deputados municipais e todos aqueles que nos estão a seguir.

Sobre esta matéria, devo dizer que o 25 de novembro de 1975, de facto, é uma data marcante. E o voto de saudação que aqui hoje é apresentado carece de fundamentação, apresentando uma visão redutora dos acontecimentos. Se por um lado, faz referência (e só) ao Regimento dos Comandos da Amadora, deveria tê-lo feito também a outros Regimentos e unidades militares que, naquela altura, tiveram uma importância decisiva na alteração daquilo que se estava a passar no nosso país e para onde nos queriam efetivamente levar, que era uma diferença abismal do que se pretendia no 25 de Abril.

Outros intervenientes houve, ativos, neste acontecimento. É evidente que não vou estar aqui a maçar ninguém a explicar como foi ou como deixou de ser o 25 de Novembro. Todos temos noção do que foi. Mas houve intervenientes ativos neste acontecimento tão importante para a democracia que deveriam ter sido referidos. Por exemplo, o General Ramalho Eanes, o Coronel Melo Antunes, Vasco Lourenço, Pires Veloso e outros tantos que faziam parte do grupo dos 9 e que foram determinantes na alteração que se veio a fazer da revolução que tinha começado com 25 de Abril.

Também uma referência muito importante a dois Partidos que foram importantes nesta alteração, que foi a intervenção do Partido Socialista através de Mário Soares e do PPD através de Sá Carneiro. Estes dois Partidos apoiaram os militares moderados que levaram também à alteração daquilo que hoje vivemos. Uma democracia, que é aquela que nós temos.

Daí que o P S irá votar contra este voto de saudação, por falta de fundamentação e não porque não entenda que o 25 de Novembro deva ser lembrado, dada a sua relevância para o processo de estabilização da democracia representativa em Portugal.

Estranha-se também, por outro lado, que isto apareça neste momento na Assembleia Municipal, como sendo ter que ser fixado nas páginas da assembleia municipal, quando a assembleia municipal normalmente tem por obrigação festejar o 25 de Abril. E a partir do

25 de Abril estamos a festejar toda a democracia e todos os movimentos que levaram a essa consolidação. Disse.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD):⁰¹⁸

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes. Eu, obviamente, e a bancada do PSD alinha muito, em muito daquilo que já foi aqui dito. Mas este exercício acaba não só por estar muito mal fundamentado, como já aqui foi referido, mas acaba por ser um exercício de profundo oportunismo político.

Na história recente, só o enquadro em ações como aquela que o CHEGA teve, por força da morte de Adriano Moreira, que se prestou imediatamente a propor à Assembleia da República, por força da não presença do CDS/PP na Assembleia da República, apresentar o Voto de Pesar pelo falecimento de Adriano Moreira. e com isto atropelando quase aquilo que é um património político natural da democracia. E, de facto, não resulta em mais nada do que oportunismo político. E, portanto, o PSD não vai dar para esse peditório.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰²¹

“Bom, fez-se um exercício de democracia aqui na sala. Portanto votam contra, penso que os partidos da direita ligaram mais à forma do que o conteúdo. Eram livres de ter feito sugestões ou até eles de apresentarem uma outra proposta de celebração de saudação ao 25 de Novembro.

A senhora deputada do CDS diz que o voto de saudação é inapropriado. Mas a verdade é que o CDS, por todo o país tem feito ao longo dos anos votos de saudação ao 25 de Novembro. Votos de saudação. Saudação. Portanto os senhores deputados do PSD e do CDS ligaram mais à forma do que ao conteúdo, eram livres de ter feito uma contraproposta de voto de saudação. Não fizeram, fez-se democracia nesta sala, tudo bem. As pessoas saberão avaliar e tirar as suas conclusões. Obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²² o voto de saudação “47 anos sobre o 25 de novembro de 1975”, sendo o mesmo rejeitado, com trinta dois votos contra, (PSD18+CDS5+PS6+BE2+PCP1) duas abstenções (PAN2), um voto a favor (CHEGA1).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou não haver nenhum munícipe inscrito para intervir neste período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início⁰²³ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto de antes da ordem do dia.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Senhor Presidente, apenas é a isso que me vou referir, o exemplo das pensões. É verdade que os pensionistas receberam, como os outros portugueses, um apoio extraordinário a

título de compensação pelos valores registados da inflação. “Palmas e foguetes para esta medida”. No entanto o que contaria mesmo para o combate aos efeitos da inflação seria o aumento real dos salários e pensões.

É verdade, é uma enorme inqualificável hipocrisia escrever no texto da proposta de Orçamento de Estado que o Governo procede a uma “atualização histórica das pensões” a mais alta desde a entrada no euro, com aumentos de 3,53 por cento até 4,43 por cento, dependendo do valor da pensão.

Mas peguemos num exemplo concreto aplicando a lei que está em vigor, se não for alterada pelo Orçamento de Estado. Um pensionista com 800 euros — e é um pensionista que 800 euros, não são todos, deveria ter em Janeiro de 2023 um aumento na ordem dos 8%, o que significaria ao fim de um ano (incluindo subsídios) ter 896 euros.

Se a lei de Orçamento for aprovada sem alteração, o aumento global será de facto de apenas 515 euros!? São quase menos 400 euros do que aquilo que é devido por lei.

O apoio extraordinário que o tal pensionista recebeu recentemente, só pode ser argumento para uma única situação — a compensação pela situação vivida neste ano de 2022.

Não pode o governo justificar a falta de na atualização que, pelo menos, compense perdas já verificada do poder de compra das pensões e já agora também dos salários. Mas em relação ao salário mínimo, o aumento previsto também determinará a perda de poder de compra face a 2022.

É aqui evidente o contraste entre a maioria absoluta do PS e os 6 anos anteriores. Entre 2017/2021 foi-se sempre além da lei, decidiram-se aumentos extraordinários para que os reformados e pensionistas pudessem ter aumentos do seu poder de compra.

A partir de 2022, com esta maioria absoluta do PS, decidem-se cortes nos aumentos que a Lei prevê, em prejuízo dos reformados e pensionistas, que voltam a perder o seu poder de compra. Que fique claro que o PCP, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento de Estado, apresentará propostas para se aplicarem sem alteração os aumentos das pensões previstos na lei atual em vigor, assegurando também um aumento mínimo de 50 euros. Acrescento apenas que também ao nível regional e local serão apresentadas propostas pelo PCP para no sentido de implementar situações que são favoráveis para a região e o concelho.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

“Nós gostamos de trazer aqui no período antes da ordem do dia, assuntos importantes relacionados com o nosso concelho e que nos pareçam estar não estar a receber a devida atenção por parte da autarquia. O nosso objetivo com estas intervenções é alertar a autarquia e tentar influenciar a política camarária, sempre pela positiva, sempre de uma forma construtiva.

Já aqui falámos sobre Bombeiros e pedimos mais apoios para eles. Assunto este que tem a ver com a nossa segurança. Já aqui falámos sobre aproveitamento agrícola do Baixo Vouga lagunar que tem a ver com a nossa independência alimentar.

Hoje trazemos aqui um assunto relacionado com a nossa cultura e a nossa identidade nacional. Falo do artesanato regional. Numa pesquisa que fizemos às atas de todas as reuniões da Assembleia Municipal do anterior mandato, entre 2017/2021, ao todo 63 atas, 1815 páginas, encontrámos a palavra turismo 136 vezes, que nos parece um número perfeitamente razoável. No entanto encontramos apenas uma vez a palavra artesanato. Portanto o artesanato regional e, sobretudo, a sinergia que o artesanato regional pode estabelecer com o turismo, é um assunto que, em nossa opinião, não está a ser devidamente explorado pela autarquia.

Mas também sabemos que, infelizmente, esta menorização do artesanato também acontece a nível nacional, uma vez que o artesanato nem sequer está sob alçada do Ministério da Cultura, está sim sob a alçada do Ministério do Trabalho!

Numa época de Cultura massificada e globalizada, singularidades locais como aquelas traduzidas pelo artesanato regional, tem um papel de diferenciação cultural cada vez mais relevante que importa não só manter, mas até promover. O artesanato da região de Aveiro faz parte da nossa cultura e das nossas tradições e, como tal, faz parte da nossa identidade e memória coletiva, quer enquanto habitantes da região de Aveiro, quer enquanto portugueses. Nós acreditamos que o artesanato regional da nossa região de Aveiro pode ser um importante aliado do turismo, pois permite que o turista leve consigo uma lembrança material daquilo que viu, e vivenciou enquanto visitou a nossa região.

Nós tivemos recentemente a iniciativa de contactar a Associação de Artesãos da Região de Aveiro 'A Barrica'. Eles tiveram a amabilidade de nos receber para uma reunião e fomos informados sobre as suas principais preocupações e a principal preocupação dos artesãos da Barrica tem atualmente a ver com a falta de um bom espaço para organização da feira de Verão. Portanto antes do início das obras do Rossio eles costumavam organizar a feira de Verão no Rossio, com início das obras passaram a realizar na Praça Marquês de Pombal. Como espaço a Praça Marquês de Pombal é um bom espaço, o problema é que lá não passam turistas e, por isso, tanto as vendas de artesanato caíram muito.

O artesanato um pouco à semelhança daqueles produtos que os hipermercados colocam estrategicamente nos corredores das caixas de pagamento, só se compra se se cair, entre aspas, em cima dele. Ninguém se desloca de propósito para comprar artesanato. E nós sabemos que a Barrica fez à Câmara uma proposta do local para a feira de Verão, mas que terá sido rejeitada.

Para além da falta de um bom espaço enquanto durarem as obras do Rossio, eles queixam-se também da pouca estabilidade na fixação das datas de feiras de um ano para o outro. Portanto, em conclusão, o principal objetivo desta nossa intervenção, muito mais do que estar a reivindicar o que quer que seja para os artesãos, é tentar fazer uma chamada de atenção à autarquia para esta atividade, que em nossa opinião poderia ser mais bem explorada, devido ao importante papel que pode desempenhar no enriquecimento da nossa oferta turística.

Consideramos inclusive que a autarquia poderia ajudar a alavancar do artesanato da nossa região, fomentando, por exemplo, o estabelecimento de parcerias com a Universidade de Aveiro e fornecendo algum apoio ao nível da certificação do artesanato da nossa região. Nós tivemos conhecimento que a CIRA formaliza junto da UNESCO a candidatura do "Barco Moliceiro" a Património da Humanidade. Acreditamos, por exemplo, que barcos moliceiros em formato miniatura feitos por artesãos da região poderiam vir a ser uma grande atração e um sucesso de vendas para turistas estrangeiros. Mas, para isso, precisamos de saber vendermo-nos melhor e nós achamos que a autarquia poderia ter um papel mais interventivo neste processo. Seria bom para o nosso artesanato regional. Seria bom para o nosso turismo. Seria bom para a nossa economia. Tenho dito. Muito obrigado."

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

"Obrigado Senhor Presidente, na sua pessoa, aproveitar para cumprimentar todos os presentes e toda a gente que nos acompanha a partir de casa. Senhor Presidente, no passado dia 4 de Outubro foi aberto um concurso público para a reabilitação da "ponte de pau" A ponte apresenta várias falhas no tabuleiro, lombas acentuadas, uma passadeira que parece uma pista de obstáculos, e ciclovias que ora desaparecem, ora reaparecem. Consideramos de tremenda importância aumentar a área disponível para a circulação

pedestre e de bicicletas. O Senhor Presidente, o que é pretendido com este processo de reabilitação e dado que o concurso público já ultrapassou os 21 dias, o que pode adiantar sobre o processo?

Sobre o processo de implementação da Buga2 e o anúncio de aplicação de multas da Câmara Municipal de Aveiro ao consórcio vencedor, Senhor Presidente afinal o que falta para as Bugas saírem para a rua?

Hoje em manchete de jornal, “Câmara de Aveiro prepara mega-operação de venda de património”! Recordamos que durante a campanha do ano passado, a coligação do Senhor Presidente prometia e passo a citar “lançamento do concurso público para a venda do terreno da Câmara em frente do hospital e da antiga reitoria para a construção de parque de estacionamento público em cave e à superfície e área comercial e residência de estudantes e professores universitários”. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente afinal o que se pretende com esta venda. Vão estar contempladas contrapartidas e quais?

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos artigo 33.º do Regimento:[027](#)

“Senhor Presidente, o PAN é livre de dizer o que quiser. Mas eu acho que o respeito pela ordem de trabalhos tal como o Senhor Presidente pediu ainda há pouco, é de todo pertinente.

Estas perguntas ao Presidente da Câmara são perguntas associadas ao ponto 1 da comunicação do presidente.”

Presidente da Mesa:[028](#)

“Senhores deputados vamos avançar. Peço desculpa, senhores deputados, mas a Assembleia não funciona assim, poderia funcionar, mas não funciona dessa forma. haverá outros fóruns em que poderão trocar ideias diretamente, mas não desta forma.

Vamos prosseguir com o senhor deputado João Moniz do Bloco de Esquerda.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente e saudar todos os presentes e quem nos está a acompanhar pela transmissão em direto. O Orçamento de Estado aprovado recentemente unicamente pelo Partido Socialista, representa uma perda de poder de compra real e uma perda de rendimentos reais do rendimento dos trabalhadores e um corte real nos rendimentos do trabalho.

É um Orçamento que vai agravar as desigualdades no país, é um Orçamento que vai aumentar o risco de pobreza. A pergunta que nós temos a colocar à população e certamente não seremos os únicos, é onde é que está a justiça social deste Orçamento. Porque ao mesmo tempo que o Partido Socialista corta nos rendimentos reais do trabalho, nós vemos os grandes grupos económicos da banca, da distribuição, da energia, a registar lucros absolutamente extraordinários. Por exemplo a Galp já conta com um 86% no lucro relação a 2021, que também foi um ano com lucros bastante avultados. A EDP Renováveis com 181%. A Jerónimo Martins com cerca de 30%. A Sonae duplicou os lucros em relação ao ano passado. O BCP já regista valores de aumento lucros na ordem dos 60%.

Estes lucros devem-se algum milagre de gestão? Provavelmente não. Tendo em conta que nada se alterou de substancial entre 2021/2022 na gestão. Estes lucros devem-se alguma inovação tecnológica que estas empresas apresentaram na forma como produzem, na forma como gerem a empresa, também não nos parece. Portanto estamos perante uma situação clara de aproveitamento de uma situação de vulnerabilidade da economia, onde setores com força na nossa economia, nomeadamente na energia, conseguem usar esse poder de mercado, para manipular preços e daí aproveitar a onda.

E certamente que estes lucros não serão aplicados na inovação da empresa, porque não seriam contabilizados como lucros, se assim o fossem, provavelmente serão redistribuídos pelos acionistas em dividendos chorudos ou então em bónus absolutamente estratosféricos aos gestores no final do ano.

Perante um país em que um trabalhador de uma empresa do PSI 20, ou melhor um gestor destas empresas do PSI 20 em média ganha 32 vezes mais que um dos seus trabalhadores. Perante esta situação de clara injustiça social o qual é a resposta do Partido Socialista e do seu Governo? É taxar estes lucros extraordinários para podermos financiar o Estado Social ou podermos financiar políticas redistributivas, para fazer face às dificuldades que as famílias começam a sentir? Não nos parece. Aliás, aquilo que nós sabemos é que o Partido Socialista recusa e tem recusado e tem protelado essa decisão e, aliás, está a ser ultrapassado pela esquerda pela Comissão Europeia que já veio defender a tributação destes lucros extraordinários. E, portanto, o comentário que nós podemos fazer é que estamos perante uma política de classe, feita em nome do capital, e é uma política de injustiça social. É isso que representa o Orçamento de Estado recentemente aprovado apenas pelo Partido Socialista. Disse.”

Presidente da Mesa:[0630](#)

“Senhor deputado, temos tentado fazer aqui alguma pedagogia, também sobre o funcionamento da Assembleia e, de facto, nós esperamos que a oposição discuta e questione o executivo. Basicamente é isso. E que a maioria justifique também o seu apoio ao executivo. Ora, já uma vez disse isto aqui, o Senhor Presidente Ribau Esteves não é Primeiro-Ministro. Pode vir a ser e vejo que os senhores acalentam essa esperança de poder vir a ser. Mas não é.

E, de facto, eu estava a ver se de facto, depois da sua intervenção, nós íamos chegar realmente o âmbito das questões locais. Queria frisar mais uma vez e muito desagradável interrompermos o orador, não deve ser feito, interromper as intervenções aos deputados, até porque podem, de facto, no final chegar ao ponto que queriam, eventualmente para alguma questão local.

Mas fazer novamente este apelo, para respeitarmos o princípio e até a letra do regimento que diz que, este período deve cingir-se a outras questões, mas questões locais. Claro que o que acontece nos Estados Unidos também nos interessa. Está quase a cair um instrumento espacial, não sei especificamente, tecnicamente, chinês e claro que aquilo também tem a ver com o nosso município, eventualmente. Apelo a que vamos fazer este esforço de trabalharmos os assuntos locais que não estão na ordem do dia. “

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Foi recentemente apresentado o projeto da nova rede ferroviária de alta velocidade, com pompa e circunstância, quiçá até com algum foguetório no fim caso tivesse sido permitido o lançamento de foguetes. Mas como ainda está naquela em que é proibido por causa dos incêndios, não foi possível.

De positivo para Aveiro, a confirmação, a construir-se este projeto, e esperemos que os prazos se possam respeitar, Aveiro fica com acesso direto à linha de alta velocidade.

Há quem diga que não vamos ter cá os comboios tos, é verdade. Mas também se lembram, há umas décadas atrás tínhamos o foguete e o rápido para Lisboa, mas uns paravam em Aveiro e outros não. Alguns faziam diretamente Porto/Lisboa. Portanto não me parece que seja problemático não parar aqui dos comboios, até porque a escala da nossa região e de outras regiões que terão estas paragens para alguns comboios, assim o justificará certamente face à escala dos 2 pontos de início e do fim da linha.

Mas de negativo nesta apresentação foi, foi apresenta esta do Porto/Lisboa e outras de percursos de transporte ferroviário para as principais cidades do país, de negativo foi a completa omissão da ligação de Aveiro/Viseu/Mangualde e depois linha da Beira Alta e seguir para Salamanca.

Eu recordo que em Junho do ano passado, no âmbito da assembleia intermunicipal da CIRA, tivemos uma excelente reunião em Sever do Vouga com a presença de altos quadros do IP e o mapa que na altura apresentaram tinha claramente a linha Aveiro/Viseu/Mangualde e depois linha da Beira Alta e seguir para Salamanca, mas agora desapareceu! Curiosamente hoje, às seis da tarde, é publicada uma notícia que na conferência ibérica tida pelos dois primeiros ministros, vão “relançar” o estudo da linha Aveiro/Viseu/ Salamanca. Portanto chumba-se a anterior e relança-se o estudo, sem sabermos o que se vai passar a seguir. Parece quase um post-it que se vai pondo e tirando ao abrigo do que algumas pessoas entendem.

Esta linha não tem que ser uma linha de alta velocidade. Isso penso que é assumido por todos nós. É uma linha extremamente importante no transporte de passageiros da zona litoral de Aveiro para a Europa. Mas também e sobretudo de mercadorias para ligar o nosso Porto de Aveiro aos portos secos que existem em Salamanca e Valladolid que permitiria um acesso muito mais rápido das mercadorias produzidas nessas regiões de Espanha, ao Porto de Aveiro para depois serem exportadas.

Portanto isto continua a ser omitido pelo IP, pelo Governo, pelos governos. Isto não é de hoje e, portanto, fica aqui o lamento e o protesto acerca desta situação.

Mas tenho mais 2 situações que têm a ver com as Infraestruturas de Portugal. A primeira, tem-se verificado e isto não tem a ver com as obras que se estão a desenrolar em Esgueira, até porque já aconteceu depois de se estarem as duas faixas rodoviárias completamente disponíveis no sentido da nova rotunda para a passagem de nível, aquela estrada que vai para a passagem de nível, manifesta-se claramente insuficiente para o tempo que a passagem de nível está fechada. Eu passo lá com regularidade, aconteceu-me há dias vindo da zona das Barrocas, e tive de parar antes da rotunda. Entretanto, houve alguns carros que decidiram fazer meia-volta e eu entrei no acesso, e tive cerca de 5 a 6 minutos parado. Para meu espanto, o comboio que passou era um comboio que estava a sair da estação de Aveiro. Portanto a passagem de nível deve ter estado fechada pelo menos 10 minutos, na espera de um comboio que ia sair da estação de Aveiro.

Da mesma maneira que, por vezes, há comboios vêm para Aveiro e que também está 10 minutos á espera que o comboio passe. Sendo esta passagem de nível urbana, eu acho que deverá ser consensualizado entre a câmara e o IP um método que permita que os tempos de encerramento da passagem nível para o comboio passar, seja 2 minutos no máximo. Óbvio o tempo necessário para que as cancelas fechem com segurança e com tempo, para que o comboio passe, mas esperar 10 minutos com encerramento da passagem de nível por um comboio que vai sair na estação, parece-me completamente absurdo. Relembro que no Porto há metro de superfície que funciona com semáforos e quando o metro passa o semáforo liga ou desliga e dá passagem aos carros e as coisas funcionam. De vez em quando há acidentes, mas isso também há acidentes nas estradas e todos continuamos a conduzir. Parece-me que nisto a Câmara deveria junto do IP perceber, sobretudo porque é que aquilo varia tanto. Umhas vezes quase que não há espera, outras vezes o tempo de espera é este. Ora isto está a trazer consequências sobretudo do lado de Esgueira, porque quem vem do Olho de Água e quer ir para a Forca, acaba por ter de parar dentro da própria rotunda. E, portanto, a complicação de trânsito que se vai gerar aí vai ser grande.

Um segundo aspeto também com a IP tem a ver com o que se passa no interior da estação de caminho-de-ferro. Nós temos a nossa central de camionagem a funcionar desde há quatro anos e continua a não haver dentro da estação nenhuma indicação de direção, que

as pessoas devem seguir, se quiserem para a central de camionagem. Assim como também não há nenhuma indicação para os Táxis para o lado nascente da estação. Só há para o lado Poente da estação, para a paragem tradicional que sempre existiu. Eu julgo que o IP deveria cuidar de prestar boas informações às pessoas que saem do comboio na estação de Aveiro, porque há pessoas que saem, por exemplo, vão apanhar um autocarro Viseu, visto não terem outra alternativa para ir de Aveiro para Viseu a não ser de autocarro.

Portanto, também isto, deixava aqui um pedido à Câmara para que junto do IP tentasse que estas situações fossem corrigidas com a maior brevidade possível. Disse.”

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“Boa noite a todos. Aquilo que eu hoje queria questionar tem a ver com os sem-abrigo. Eu tenho visto nos últimos tempos um crescimento de sem abrigo nas ruas. Vi há bem pouco tempo dois sem-abrigo que pernoitavam ali no hall do banco, aqui mesmo perto de nós. Um também na rua ao lado da escola primária da glória, numa parte dos Correios. E também sei que costumam estar alguns perto da Estação de Aveiro. Sei que a Câmara tem uma parceria com as florinhas do Vouga que tem feito um trabalho bastante significativo no que a integração social diz respeito e também a integração dos sem-abrigo. Também sei que normalmente são pessoas, não raras vezes, tem associados comportamentos de adição, e eu gostava de saber se estes sem-abrigo estão sinalizados, se não são canalizados para esses apartamentos do Bairro Santiago porque não há lugar ou porque efetivamente podem não o querer, não é. Também não os podemos obrigar.

E também queria, ou se não querem ir, ou se não há lugar se se têm feito algum tipo de estratégia para medidas de reinserção social para estas pessoas, que vejo cada vez mais. Houve uma altura que não se viam tantos, mas nos últimos tempos tem havido um crescimento. E é preocupante haver pessoas, seres humanos, naquelas condições.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Boa noite a todos. Senhor Presidente, em vossa Excelência cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha. Só uma pequena nota para a questão deste ponto em concreto. Este é o período antes da ordem do dia, em que se trata, diz o Regimento, se tratam assuntos gerais. Vou citar «assuntos gerais de interesse autárquico municipal». O Orçamento de Estado tem interesse municipal? Tem, evidentemente que tem. Mas convém um bocadinho cingir qual é a parte em concreto do interesse municipal que estamos a discutir.

Eu não estou preparado para isso, para estar aqui a discutir o Orçamento de Estado com o PCP e com o Bloco de Esquerda. Teria todo o gosto, mas não estou para isso.

E, portanto, conviria pelo menos circunscrever. É a minha leitura o PCP fará a sua leitura acerca do ponto é a minha leitura em relação a isto. Por exemplo o deputado Jorge Greno trouxe e bem um assunto que é geral, mas que tem realmente o interesse que é estratégico para a região e para o concelho, que tem a ver com o TGV. E o facto de nos estarmos na linha, porque estivemos várias vezes desaparecidos, é salutar efetivamente. E não estou aqui a falar se é um governo PS ou PSD o que for, não interessa. E em relação à linha que eu acho que é essencial também para o desenvolvimento do concelho e da Região a linha que vai até Viseu. E é até mais essencial, se calhar, para o transporte de mercadorias do que para outra coisa. Portanto, não precisa de ser uma coisa com muita velocidade, é realmente importante, importantíssima. Qualquer cidadão percebe isto.

Eu diria, é pá, ainda bem que o Eng.º Ribau Esteves não é primeiro-ministro, senão nem sei, se calhar tínhamos um parque de estacionamento do Pinhal de Leiria ou o redesenho da Avenida da Liberdade com a eliminação dos separadores centrais.

Pronto, podia ter acontecido. Felizmente ainda não aconteceu. Esperemos que nunca venha a acontecer.

Senhor Presidente, neste período antes da ordem do dia, para além da menção do CDS e da sua preocupação com o justo assinalar da apresentação do desenho da linha TGV para Aveiro, apresentada por este Governo, gostaria de lhe dizer uma coisa mais comezinha que tem a ver. Eu já perdi a conta a quantidade de vezes que falei deste tema aqui.

O Senhor Presidente já me deu várias respostas, todas elas boas respostas, mas o problema depois não fica resolvido, aliás, eu pedia-lhe agora que desse uma resposta mais concreta, porque às vezes já me deu respostas a explicar a questão técnica, da subida da placa, já explico o que é, e a engenharia que se pode ou não usar e os assentamentos. Eu tenho muito gosto em o ouvir, mas isso não vai resolver o problema que aqui lhe trago.

Que é na passagem que é feita até ao Hospital naquela parte das subidas e descidas, ao pé da ponte Élio. A ponte Élio é aquela ponte, que está por cima, custou 1 milhão de euros à autarquia e é bonita, diga-se. Faz o atravessamento do Parque, mas essa passagem tem um problema em concreto, que eu já disse. Se o Senhor Presidente não consegue resolver o problema do ponto de vista técnico ou se ele custa muito dinheiro, pelo menos ponha lá uma placa, destas placas azuis que agora temos aqui na Avenida Praça, porque se eu for de carro e com culpa, atropelar, aparecer um cidadão à minha frente e eu atropelar, o que vai acontecer, o que vai acontecer é que a minha seguradora vai-se pôr de fora do problema, porque ali não era uma passadeira e o peão não poderia estar ali. Se tiver a placazinha azul, eu terei culpa no procedimento e a seguradora já vai pagar a indemnização ao município que eventualmente tiver esse azar. É evidente que nunca será uma pancada muito grande, porque ali não é para circular a grande velocidade, bem entendido, mas é só para lhe explicar que tem que haver uma solução para ali. Melhor sinalização pelo menos enquanto o Senhor Presidente não consegue resolver o problema, que já anda para resolver aí há uns 4 ou 5 anos de nivelar aquela parte que eu acho que não há nenhum aveirense que não perceba que não faz sentido nenhum, com as ambulâncias passarem ali etc e aquilo foi mal pensado e mal desenhado, já nem estou a dar para o peditório de quem é que fez ou deixou de fazer, por acaso, foi o Doutor Élio Maia na governação PSD/CDS, mas aquele problema tem que ser ali resolvido, não é propriamente uma das principais prioridades do município, mas acho que é uma coisa que o senhor Presidente consegue resolver com relativa facilidade. Nem que seja a pôr lá uma sinalização mais adequada e acho que qualquer pessoa percebe isto. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Neste ponto do PAOD gostava de fazer uma retificação do que disse á bocadito. Á bocadito felicitei todos os presentes, na pessoa do senhor presidente, mas desejava felicitar em termos pessoais, os novos vereadores do Partido Socialista, Rosa Venâncio e Rui Carneiro, e desejar-lhe um bom trabalho em prol de Aveiro e dos aveirenses.

Voltando então ao PAOD, queria falar aqui sobre dois temas: sobre a APA, a Administração do Porto de Aveiro. O Ministro da tutela entendeu nomear um novo Conselho de Administração e retirar, substituir toda a administração anterior.

No PSD Aveiro, nesta bancada, acreditamos quando se substitui toda uma administração é porque ela no seu todo, não tinha capacidade para o exercício da função e a avaliação do seu desempenho por parte da tutela foi negativo.

No PSD Aveiro e nesta bancada, também pensamos assim. Também pensamos que a Administração do Porto de Aveiro teve um mau desempenho.

E nesse mau desempenho, pesou a sua posição de ser sempre obstáculo à resolução, à solução, do problema da lota e da frente ribeirinha de São Jacinto.

Neste assunto, terrenos da antiga lota e frente São Jacinto, foi parte do problema e nunca da solução. Desrespeitando Aveiro e os aveirenses.

De saudar os novos nomeados, na pessoa do Doutor Eduardo Feio, ex-autarca e conhecedor dos anseios de Aveiro e dos aveirenses, esperando que esta nova administração ajude a resolver o problema da lota e entregá-la aos aveirenses, para que onde hoje está um grande passivo ambiental e onde acontecem permanentemente atividades criminosas, surja uma nova frente nova entrada de Aveiro.

A quem sai, pelo mau serviço aos aveirenses, que saia. Quem entra, votos de um bom serviço e que este diferendo, saiba estar do lado da solução e não do problema.

Sobre as despesas covid, durante um período, durante um exato período de tempo de covid, foi pedido às autarquias que fizessem aquisições, compras e prestassem serviços de apoio covid. Esses serviços foram prestados, essas compras foram feitas, essas despesas foram feitas pelas autarquias, surgindo agora a fatura. Ontem, a Ministra da Coesão Territorial Ana Abrunhosa, brindou-nos com uma intervenção em que afirmava e agradecendo às autarquias o esforço feito, mas o Governo, o verdadeiro devedor, não tinha dinheiro para pagar às autarquias.

Depois disso e numa entrevista ao jornal Público, Senhor Presidente da Câmara afirmou e em representação da ANMP, que o governo tem esse dinheiro. Em que ficamos Senhor Presidente?"

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Muito obrigado. Boa noite a todos. Já percebi que está toda a gente com muita vontade de seguir rapidamente para o ponto 2, e eu vou dar esse contributo. Porque a esmagadora maioria das matérias são claramente para o ponto 2 e, portanto, eu acho e farei, como sempre faço, tratar delas todas.

Em relação ao Orçamento do Estado vou referir-me a ele quando chegarmos ao ponto terceiro, porque obviamente há uma ligação muito importante.

Já com as despesas Covid a conversa é diferente porque nós candidatámo-nos ao concurso de acesso aos 55 milhões que o Governo disponibilizou do Fundo de Solidariedade Europeu e fomos buscar todo o dinheiro que nos candidatámos. Cerca de 800 mil euros. E aguardamos, obviamente, porque dos 55 milhões estão pagos apenas 40 e há ainda uma dívida de 156 milhões. E o que a Ministra Ana Abrunhosa disse é que não há mais dinheiro nesse Fundo e nós sabemos que é verdade. Mas aquilo que eu disse é que há mais dinheiro noutra sítio, nomeadamente no Orçamento do Estado.

E se o Governo não o quer usar é uma opção política, mas que apenas tem a total discordância da Associação Nacional de Municípios e minha. E, portanto, é neste quadro que falaremos seguramente do Orçamento do Estado pela incidência que tem, positivas umas, negativas outras, na nossa estrutura orçamental que aqui trazemos à Assembleia Municipal.

Quanto às despesas covid não há. É notícia sobre a matéria, porque aquilo que tínhamos a receber por esse Fundo já recebemos, ainda temos muito mais para receber, mas não se perspetiva que haja fonte disponibilizada pelo Governo, nomeadamente no âmbito do Orçamento do Estado para o próximo ano 2023.

Jorge Greno trouxe aqui uma questão que é muito importante e pertinente, até tornou-se da ordem do dia por força exatamente das conclusões da cimeira, que para mim é uma não

cimeira. Aliás, as notícias principais fala dessa coisa fantástica de artesanato, que são as bolas de Berlim de Viana do Castelo! É a grande notícia da cimeira, porque as conclusões são coisíssima nenhuma.

Eu só espero é que os dois Primeiros Ministros tenham aproveitado o encontro, e seguramente aproveitaram, para falar de outras coisas importantes, nomeadamente ligadas ao transporte de gás na Europa, usando da Península Ibérica e outras questões importantes dos 2 Estados, porque as conclusões da cimeira que são públicas, são absolutamente irrelevantes.

Eu acho que a cimeira foi importante porque seguramente os Primeiros Ministros aproveitaram para tratar de coisas importantes e entenderam que não devem ser públicas. O que está tornado público é nada. E chamo sempre a atenção, quando o membro do atual Governo fala da ligação ferroviária Aveiro/Salamanca. Porque há 2 tipos de ligação Aveiro/Salamanca. A normal, a que está nos documentos da Comissão Europeia, aquela que tem a nossa luta e de muitos portugueses e que tem um troço novo entre Aveiro e Viseu, e depois apanha um troço da linha da Beira Alta entre Viseu/Mangualde/Porto da Carne e depois salta pelo Norte da subida da Guarda e vai entrar em Salamanca, passando a norte de Cidade Rodrigo. Esta é o Aveiro/Viseu/Salamanca que nós lutamos e que está nos documentos das redes transeuropeias.

Depois há a outra linha Aveiro/Salamanca que o Governo anterior inventou e o atual adotou. Que é a linha que sai de Aveiro, na chamada linha do Norte, vai até à Pampilhosa, na Pampilhosa tem um nó ferroviário que ainda não arranjou empreiteiro para o realizar, mas têm projeto feito. Depois entra na linha da Beira Alta, segue por toda a linha da Beira Alta e entra em Espanha na ligação em Vilar Formoso.

Portanto é preciso cuidado quando lemos um texto, como o texto do comunicado de hoje da cimeira, para saber se estamos a falar da linha primeira que é a que nos lutamos ou da linha segunda, que é a linha ferroviária socialista.

É minha profunda convicção que o Primeiro-Ministro falou, com a qualidade única que ele tem, falou das duas. Porquê? Porque quem ler o comunicado acha que ele falou da primeira e quem conhece a matéria com pormenor sabe que ele falou da segunda.

E lá segue este Primeiro-Ministro por aquele carril preferido, dele próprio, que é não haver linha nenhuma capaz e competente para fazer a ligação que Portugal precisa, se quer usar à séria o modo ferroviário para transportar mercadorias para o centro da Europa, que é a primeira e nunca a segunda, porque a segunda tem limitações de natureza técnica, que nem os absurdos quase 150 milhões de euros que estão a ser gastos nela, irão resolver.

E, portanto, calma e cuidado. Quanto ao espetáculo para o qual fui convidado (deve ter sido par aí a terceira apresentação da linha nova, que não é TGV, agora chama-se de outra maneira. Chama-se Porto/Lisboa! E é minha convicção que até as obras começarem no mínimo, devemos ter mais umas 7 ou 8 conferências, parecidas com aquela. E seguramente, vamos ter a derrapagem continuada. Ficámos a saber naquela conferência que me recusei ir, embora foi insistentemente convidado, que já só algures num qualquer ano, depois de 2030, é que a obra acabará. Recordem, ela era uma obra, entretanto na penúltima conferência de imprensa foi dividida em duas. Aliás, na nossa reunião de Sever do Vouga da CIRA, a versão era dois troços. Troço Soure/Porto e o troço Soure/Lisboa.

Agora, nesta apresentação, ficámos a saber que há um terceiro troço, que é o troço Vila Franca de Xira/Lisboa, que só ficará pronto depois de 2030. Deixámos de ter estimativa orçamental!? E ainda, para sossegar todos, ainda não está o traçado definitivo. Porque da apresentação recebemos alguns e-mails de pessoas preocupadas, nomeadamente de Mamodeiro, porque a linha vai passar na zona urbana de Mamodeiro, embora, calma para toda a gente, porque é em túnel. É por baixo. Só alguém que tenha uma cave muito profunda é que poderá ter problemas de estabilidade do edificado.

Portanto, dizer-vos, não há traçado terminado. Os estudos de traçado estão em desenvolvimento. O estudo de impacto ambiental nem começou. E, portanto, quem pode ter lido PowerPoint da apresentação ou outra notícia a pensar que estávamos a lançar o concurso público da obra ou a assinar o contrato de adjudicação com o empreiteiro, calma, porque não foi nada disso. Foi apenas mais um momento que em termos de notícia teve alguma repercussão, mas fiquem tranquilos, porque quem não pode assistir àquele, vai ter muitas mais oportunidades de ter momentos análogos.

Quanto aos atrasos na passagem de nível de Esgueira, só dizer o seguinte. Um dos maiores utilizadores daquela passagem de nível sou eu, porque como utilizador regular procuro não usar o acesso pelas Pontes à Cidade. Portanto uso imenso aquele acesso. Devo dizer também que é muito mais confortável de estar na fila com a rotunda construída, do que antes da rotunda, que aí sim era o granel total, quando estávamos naquele absurdo cruzamento, num T marado e aí sim havia graves problemas de segurança.

Agora é chato estar na rotunda! Mas estamos numa rotunda muito mais confortável. E sempre que o comboio demora, aquele comboio demora desde que a cancela baixa até que nas melhores performances chega, contam-se 2 minutos. Nas piores contam-se 6 minutos.

Eu como utilizou frequente e medidor, já apanhei 2 minutos e já apanhei 6. Sempre que apanho mais de 4 ligo ao Eng. Carlos Fernandes, administrador ferroviário do IP, a dizer ó Carlos quando é que você resolve este problema, porque outra vez hoje apanhei com 6 minutos aqui da cancela. Veja lá se resolve esta porcaria porque há uma desafinação. Aquilo é um mecanismo automático que faz informação de aproximação, apenas de vez em quando aquilo vai desafinando, mas desafina para mais tempo. Se aquilo começa a desafinar ao contrário, qualquer dia passa o comboio antes de baixar a cancela.

Portanto, eu espero que o atraso seja sempre neste sentido, mas, de facto, há essa desafinação que acontece regularmente, e eu estou a falar por experiência de causa.

Quanto ao projeto Eclipse. Em primeiro lugar não gosto do nome, mas gosto dos objetivos. E, portanto, acompanhamos. É evidente que falámos muito com ex-presidente Fátima Alves sobre esta matéria. É evidente que eu não acredito em nada disto. Já houve aí um grupo Turco que vinha duplicar a boca da barra, quando nós estivemos a negociar a descentralização da frente Ria de São Jacinto.

Foi um problema logo, que o então Secretário de Estado Alberto Souto de Miranda, não sei se já ouviram falar deste nome? E o então Ministro que hoje ainda continua a ser, Pedro Nuno Santos, é pá, atenção, porque não podem ficar com a bacia da frente-Ria toda, porque há aqui um investidor Turco grande, que vai duplicar a Barra e, portanto, há uma parte da bacia que vai ser precisa, portanto vejam lá isto.

Eu disse é pá, eu não acredito nisso. Mas olhem, pomos cláusula no contrato a dizer quando os turcos chegarem, a gente cede a parcela da bacia aos turcos. E está-se tudo bem!

Pronto, nem turcos, nem bacia, nem descentralização, nem coisa nenhuma.

Há uma coisa que a presidente Fátima Alves garantia, pela sua própria formação, era essa atenção cuidada daquilo que se faria. Agora já se sabe alterações no Porto traz incidências na laguna, é garantia absoluta. É evidente que o presidente Eduardo Feio vai cuidar disto também!? Acredito que sim. Apenas ele não tem a formação de base que tinha professora Fátima Alves, como é evidente. E, portanto, enfim, nós estamos atentos. Há esta cultura hoje que a APA tem, ao contrário do passado, em que a APA queria lá saber do que se passava na Ria. A APA aquela da transição má, não é. Porque a outra APA que a gente dizia tão mal dela agora temos saudades, a APA do Eng.º Lauro que era a APA que fazia coisas pela RIA. Porque a APA, a outra do Ambiente, não faz nada pela Ria. O que fazem é levar-nos o dinheiro da taxa. De resto fazer, não faz nada.

Quanto a “aveirenses” a resolverem os problemas da antiga lota e de São Jacinto. Olhe, eu pode ser que desta vez com uma pessoa da Figueira da Foz se resolva!

Porque os “aveirenses” que têm presidido ao Porto de Aveiro, dizendo que amam tanto, nenhum deles resolveu. Não tenho fé nenhuma na costela aveirense do Eduardo Feio. Porque a costela aveirense da Fátima Alves, do Raúl Martins, de todos eles que já lá vão, do Braga da Cruz, ninguém resolveu nada.

Tenho fé no compromisso que o Ministro Pedro Nuno Santos assumiu comigo, no âmbito da nomeação do Dr. Eduardo Feio para presidente do Porto, que ele honre o compromisso que tem comigo, e que nas próximas semanas, consigamos de uma vez por todas, acabar com o maior granel que eu acho que vocês autarcas nem têm a menor consciência do que se passa todos os dias. E uso só esta palavra ‘granel’ na frente Ria de São Jacinto, para se pôr ordem. E eu confio nisto, neste compromisso que o Ministro assumiu comigo, que o presidente Eduardo Feio é conhecedor e cogestor, já tive a primeira reunião de trabalho com ele, porque de costelas aveirenses, sinceramente, para resolver o problema do Porto, são todos “aveirenses”, amam Aveiro, querem resolver o problema da lota. Chegam ao Porto não sei o que é que lhe faz mal à cabeça, se é o guindaste, são os navios a passar, se são as marés que sobem e descem 2 vezes por dia, chapéu. Lá vai o “amor” que não serve para coisíssima nenhuma.

Oxalá que o meu ex-colega Carlos Monteiro, que perdeu a eleição da Figueira da Foz, que agora seguramente ajudará o Presidente Santana Lopes a garantir a governabilidade da Câmara pela sua frágil minoria, que a coisa se resolva. E quanto à questão das competências ó Manuel Prior. Eu também pensava assim. Até porque ouvi de quem de direito, mas quando vi a notícia dos últimos dias, de que a Dr.ª Isabel Ramos que foi uma das despedidas de Aveiro, é uma das novas administradoras dum Porto muito importante em Portugal que é Lisboa, eu já não percebo nada disto. Eu já não me pareceu nada disto. Muito obrigado senhor Presidente.”

Ponto 1 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pela Imediata Automatização da Atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁷ ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Moção.

Vogal António Monteiro (BE):⁰³⁸

“A crise inflacionista está a provocar um aumento inflacionista está a provocar um aumento muito considerável no custo de vida das populações. Segundo a DECO o valor do cabaz de bens essenciais já subiu 17% desde o início do ano. A estas subidas nos bens essenciais juntam-se os galopantes aumentos dos custos da energia, combustíveis, taxas de juro, etc. Para agravar esta situação estas subidas do custo de vida não têm sido acompanhadas pelos aumentos salariais ao nível da inflação o que tem levado ao agravamento das condições de vida de muitas pessoas.

Neste contexto o BE considera fundamental que a autarquia faça todos os esforços ao seu alcance, dentro das competências que tem, para mitigar os efeitos da crise.

Por isso voltamos a apresentar que a tarifa social da água, saneamento e de resíduos, se torne automática, através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento.

Atualmente a aplicação desta tarifa social está pendente de um processo burocrático, moroso e excessivamente complexo, dependente das vontades do executivo. Isto faz com que os beneficiários sejam manifestamente inferiores ao universo potencial de elegíveis para esta tarifa de valor reduzido.

Em Aveiro e de acordo com a última informação disponibilizada o universo de beneficiários de tarifa reduzida não ultrapassa a cinco dezenas de famílias. O que é manifestamente reduzido, se tivermos como termos de comparação os números de beneficiários da tarifa social.

Se hoje esta Assembleia aprovar a proposta do Bloco a autarquia poderá alargar massivamente o número de beneficiários, que passariam a ser cerca de 5.294 agregados familiares. Esta é uma medida que irá ter impacto direto no orçamento familiar de muitas pessoas em Aveiro. Os mecanismos que garantem a atribuição da tarifa social da água já existem. Falta apenas vontade política para os aplicar. Em tempos de crise económica, todos os decisores locais, e isso inclui todos nós aqui sentados nesta assembleia, tem o dever solidário de fazer todos os esforços para desburocratizar o processo que garanta a justa equidade na distribuição e consumo do bem essencial que é a água. Não o fazer é na prática negar às populações o direito legalmente previsto.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Eu tinha pensado previamente colocar previamente dois pedidos de esclarecimento, mas para não causar embaraços à Mesa, incluo esse pedido de esclarecimento na intervenção e pode ser que na resposta que o Senhor Presidente poderá dar resposta a estes pedidos de esclarecimento.

O primeiro pedido de esclarecimento é: em que data foi formalmente decidida a adesão do município de Aveiro à tarifa social da água?

A outra pergunta é: Dado que o Decreto-Lei 147/2017 apenas trata da tarifa social para o consumo de água e saneamento, a que se refere Bloco quando escrevem ‘resíduos’ e caso sejam resíduos sólidos, qual é a determinação legal se baseiam para propor a aplicação automática de tarifa social?

Propõe o Bloco de Esquerda a aprovação de uma resolução sobre a aplicação automática de uma tarifa social que não existe no município.

Segundo consta no Decreto-Lei 147/2017 (n.º 1 do artigo 3.º) a adesão dos municípios ao regime de tarifa social é voluntária, mediante deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Ora, tanto quanto foi possível apurar, pelo exercício da memória e pela consulta dos documentos da Assembleia, tal deliberação nunca terá ocorrido.

Não se deve confundir de maneira nenhuma o apoio dado pela Câmara Municipal, casuisticamente, ao abrigo do Regulamento Municipal do Fundo de Apoio às Famílias com a existência de uma tarifa social decidida, como é da sua competência nos termos da lei, apenas pela Assembleia Municipal.

Assim sendo a proposta apresentada é uma clara situação em que, segundo o que diz o povo “a carroça foi colocada à frente dos bois”.

Posto isto e ficando claro que o PCP não pode viabilizar uma proposta que, pela forma como está redigida, não faz sentido, que fique também claro que somos claramente favor da tarifa social de água, assim como pelo respeito da autonomia municipal da assembleia na sua atribuição.

É por essa razão que o PCP irá apresentar atempadamente (e atempadamente significa antes da próxima reunião extraordinária ou ordinária da Assembleia) o agendamento potestativo de um ponto na Ordem-do-Dia recomendação à Câmara que delibere no sentido de apresentar à Assembleia uma proposta para a tarifa social da água. Tenho diro.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Eu gostei de ouvir ali a explicação do deputado Salavessa. Portanto o deputado Salavessa é favor da taxa social, mas vai votar contra pelo que percebi! Isso parece mais uma guerrinha entre o Bloco e o PCP. Portanto, nós consideramos que esta medida visa desburocratizar o processo da atribuição das tarifas sociais da água, saneamento e resíduos e é por isso uma medida social de particular importância, pois o país atravessa uma grave crise económica e social devido à enorme subida de preços de muitos bens essenciais. É claro que se mais famílias carenciadas tiverem um desconto nessa tarifa esse desconto terá de ser suportado pela autarquia. Mas isso não deverá ser problema para a autarquia porque a autarquias tem-nos dito que tem as Contas certas. Portanto nós partido Chega, não queremos que ninguém fique para trás por incapacidade de pagar um bem essencial como a água. Compete à autarquia arranjar meios para fazer essa despesa, por isso votaremos favoravelmente.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰⁴²

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰⁴³

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁴⁴

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Vogal João Moniz (BE)⁰⁴⁷

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁸ Ponto 1 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – Pela Imediata Automatização da Atribuição da Tarifa Social da Água, Saneamento e de Resíduos, sendo a proposta de recomendação rejeitada, com vinte e três votos contra, (PSD18+CDS5) nove abstenções (PS6+PAN2+PCP1), três votos a favor (BE2+CHEGA1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Gabriel Bernardo (CH):⁰⁴⁹

“Nós votamos a favor. Nós não temos a certeza e admito que o deputado Salavessa esteja correto com esses formalismos administrativos que são necessários, mas já vínhamos com a decisão de votar a favor pela bondade da proposta e pela justeza da mesma neste período em que vivemos. Mas se conforme o deputado Salavessa propôs haver uma proposta posteriormente para então vir o tal tramite legal, então votaremos novamente a favor.”

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁵⁰

“O PCP absteve-se nesta votação, dada a irregularidade da proposta. Sublinhando, contudo, que é a favor dessa tarifa no mais breve prazo possível e que tomará a iniciativa nesse sentido.”

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 03SET22 a 31OUT22.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁵² para apresentação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

“Embora não compartilhe, embora não subscreva algumas das opiniões transmitidas pelo Senhor Presidente da Câmara, principalmente na última parte da intervenção. Eu não posso deixar de agradecer o facto de ter deixado muito claro que a solução verdadeira está a um nível de intervenção que escapa ao município. E aí compreendemos porque é que discutir o Orçamento Geral do Estado, nos termos em que o fiz, é um assunto de interesse geral municipal. Porque enquanto mais forem desvalorizadas as pensões, enquanto mais for desvalorizado o valor real do salário mínimo, enquanto não houver respostas ao nível da superestrutura que determina este tipo de coisas, enquanto não houver uma justiça fiscal que taxe quem está com ganhos extraordinários atualmente e que faça a efetiva redistribuição social, é preciso a intervenção da Câmara, é preciso a intervenção da Cáritas, é preciso a intervenção da Misericórdia. É preciso intervenção de muita gente.

E a solução verdadeira não é em soluções pontuais. O problema estrutural da pobreza resolve-se aumentando os rendimentos de quem trabalha, aumentando os rendimentos de quem trabalhou e é por aí que a solução vem.

É evidente que é bem-vinda a intervenção dos municípios e de outras entidades que contribuem para minorar o problema. Mas a solução, de facto, está ao nível do Orçamento de Estado e não ao nível da política municipal. Muito obrigado pelo que é feito, mas a solução está noutro lado.

Agora, saindo desta consideração inicial. Obras. Há muitas obras em curso é verdade e causam dificuldades evidentes ao dia-a-dia de quem está, quem vive a cidade e de quem a visita. Não discuto ritmos, mas parece-me que sem que isso seja no calor eleitoral, por exemplo, que as obras na rotunda na Praça Humberto Delgado parecem arrastar-se de uma maneira incompreensível. São meses e meses que uma obra que, aparentemente, aparentemente, salvo melhor opinião, já deviam estar feitas. Já deviam estar feitas.

Em relação ao conjunto dos assuntos de interesse municipal que aqui trazia, um tem a ver também com algo que o Senhor Presidente referiu que é a rotunda de Esgueira. A rotunda de Esgueira está mesmo ao lado de uma questão que tem que ter uma resposta e que o Senhor Presidente já prometeu aqui há uns anos tratar, que é a questão do estado de degradação crescente em que está o viaduto.

O viaduto é um elemento central da ligação da cidade a Esgueira. E quem quer valorizar o percurso pedonal tem que criar as condições de segurança para quem quer passar. O viaduto, já não falo das questões estruturais porque não são da responsabilidade da Câmara Municipal, mas o que está muito degradado são as instalações pedonais quer no nível superior, quer no inferior. Precisam de limpeza urgente, se precisam da valorização dos painéis de Vasco Branco que lá estão. Alguns degradados e destruídos. Precisa da requalificação dos varandins de segurança e de, acima de tudo, iluminação que torne aquele espaço um espaço confiável quando é atravessado a pé.

Já há 3 anos em 2019, no anterior mandato, nós trouxemos esta questão. O Senhor Presidente disse que tomou nota e que seria tratado. É verdade é que não houve intervenção até hoje e ela continua a degradar.

Em relação a São Jacinto, duas questões. Uma diz respeito a uma situação pontual que tem a ver com a habitação e há existência de casas de habitação social da Câmara, que estão desabitadas há cerca de 2 anos e que começam a mostrar indícios de degradação, quando há famílias de São Jacinto querem resolver o seu problema de habitação, dizem-lhes querem habitação social, há o Bairro de Santiago.

Portanto, em vez de encontrar uma solução que estimule é esta resposta que já deram a munícipes de Aveiro que solicitaram junto da câmara a resolução do seu problema em São Jacinto. Foram aconselhados candidatar-se para Santiago.

A política dos serviços de habitação devia de ser tentar resolver ou pelo menos dar uma solução ou dar uma resposta que não fosse a de estimular as pessoas a sair do seu local, da sua terra, para se deslocar para uma terra diferente. Neste caso sair de São Jacinto, que tem os problemas que têm, para vir para Aveiro, não é o caminho. Há é que promover a fixação de mais gente em São Jacinto, criando as medidas necessárias para isso.

É isto Senhor Presidente a gestão dos tempos para tratar de assuntos municipais! Tenho mais 4 assuntos, mas se não tenho tempo. Muito obrigado.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁵⁶

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰⁵⁷

Vogal António Monteiro (BE)⁰⁵⁸

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁹

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a área social e, é um conceito novo, alargado, de retirar as pessoas da pobreza, mas depois nós vemos aquilo que é a efetividade da política da Câmara, que é uma política de aumento deliberado, por via da sua política de requalificação do espaço urbano, aumento deliberado do valor do imobiliário. E a minha pergunta é se isso não terá também a ver com situações de pobreza e de carência económica, mesmo de quem trabalha aqui no município. E, portanto, esta abordagem holística, minha proposta, a nossa proposta é que seja mais abrangente na sua abordagem holística e que integre a política de habitação nessa abordagem. Isto leva-nos a outra questão.

Uma questão até que já foi aqui referida por um colega membro da assembleia municipal. Nós fomos hoje, não muito surpreendidos, porque isso é política, já é um clássico da Câmara Municipal, mas hoje fomos informados que a Câmara Municipal está a preparar uma hasta pública, uma mega hasta pública, para alienação de património municipal.

Muito deste património municipal, daquilo que é público, provavelmente poderia ser usado para o município ter políticas holísticas de ação social que incluíssem políticas de habitação, por exemplo.

Mas julgo que o Senhor Presidente tem um preconceito ideológico, em que perante uma realidade concreta de um problema concreto que existe na vida das pessoas, que é o custo da habitação, diz que não, que não tem nada a ver com isso! Isso é uma coisa dos privados resolverem. Pois bem, nós temos visto qual é um dos efeitos da iniciativa privada na habitação e a forma como o sobreaquecimento dessa iniciativa privada tem empurrado muitas pessoas em Aveiro para situações de carência económica, para situações em que são obrigados a procurar habitação noutras paragens, porque os preços da mesma aqui em Aveiro são completamente absurdos e desproporcionais aos rendimentos das pessoas que vivem cá. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente se acha que é possível receber um salário médio em Portugal que ronda cerca de mil euros e pagar um T2 no perímetro urbano, que custa cerca de 700 euros por mês, 800 euros por mês. Em algumas tipologias até muito mais do que isso. Portanto, como é que isso é compatível com a vida das pessoas? Outro tema que nós também queríamos abordar aqui na Assembleia Municipal tem a ver com umas declarações do Senhor Presidente fez ao jornal ECO, numa entrevista recente. Onde diz que a Câmara Municipal está a preparar um investimento, neste caso no serviço de transportes públicos, cerca de 10 milhões, em que 8 milhões vai ser destinados para a frota, nomeadamente para a eletrificação da frota, para comprar autocarros elétrico!?”

Isto em abstrato, parece-nos bem. O problema é que nós não estamos a falar de um serviço público gerido pela pelo município. Nós estamos a falar de uma concessão a um privado e, portanto, a pergunta que nós temos a fazer é se este financiamento vai ser assegurado por quem? Estes 10 milhões vão ser assegurados pela Câmara Municipal ou pelo concessionário ou por Fundos Comunitários, que também são fundos públicos?

E, portanto, esta era a primeira parte da pergunta. A segunda parte da pergunta está contingente com a resposta que der à primeira parte. Que é, se vai ser o investimento público da Câmara Municipal, quer por via de receitas próprias, quer por via financiamento fundos europeus, de quem é que vai ser a propriedade dos autocarros elétricos? Vai ser a Câmara Municipal ou vai ser do concessionário. Isto aplica-se também a outras instâncias no que toca ao concessionamento do serviço de transporte público. Porque aquilo que nós temos visto é uma política de despejar dinheiro público no concessionário, seja por via do contrato que está estabelecido com o mesmo e que nós votámos contra essa concessão quando aqui foi discutido e deliberado. Mas também por via da CIRA, em que a mesma empresa, com outro nome, não é a AveiroBus é a Transdev, também recebe financiamento da CIRA. E, portanto, nós temos aqui a despejar dinheiro num concessionário público e depois aquilo que nós recebemos de retorno, em termos de serviço público, é manifestamente insuficiente.

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente se acha que um habitante de Nariz, por exemplo, não tem direito a vir à cidade ou vice-versa, depois das 7 da tarde? Por exemplo, se acha que um habitante nariz que não tem transporte individual, se não tem o direito a usufruir de uma visita a cidade, por exemplo, para vir a um espetáculo cultural organizado pela Câmara depois das 7 da tarde.

Porque, certamente, se o seu transporte deste cidadão for assegurado por autocarro, ele não consegue vir a Aveiro. Portanto nós estamos aqui a despejar dinheiro público num concessionário, que depois tem uma resposta manifestamente insuficiente e desadequada às necessidades de quem vive em Aveiro.

Mas pronto, para além destas questões, queríamos saber a proveniência deste investimento de 10 milhões que está a ser preparado para o serviço de transporte, se ele é da Câmara ou não, se é do concessionário ou não. E depois saber como é que vai ser a propriedade. Quem é que vai ser o detentor da propriedade desses autocarros elétricos que vão ser abrangidos nesses 10 Milhões. Obrigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[060](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Um dos pontos da minha intervenção e aproveitando a intervenção do meu colega. Eu propunha Senhor Presidente, que num momento futuro convocasse uma reunião de líderes de bancada para esclarecer esta questão do que são as intervenções na Atividade Municipal e no PAOD.

Porque isto em todas as sessões isto acontece. Estamos a discutir umas coisas, fora do sítio ou não e se calhar isto merecia um esclarecimento entre os grupos municipais. Por exemplo, se na Atividade Municipal nos limitamos a discutir o documento que nos é trazido pela Câmara e temos outros assuntos que se têm a ver que o município, mas que não estão naquele documento, apesar de poderem ter resposta da Câmara. E quais os assuntos que se devem discutir no PAOD. Porque isto dá a impressão que é sempre a mesma coisa. Fala-se fora do sítio e talvez se pudesse fazer um esclarecimento para futuro desta situação. Deixava esta sugestão ao Senhor Presidente.

Relativamente à Atividade Municipal. Obviamente que a questão da Educação em início de ano letivo é um assunto que se fala muito, que mexe com muitas pessoas. Mas o Senhor Presidente da Câmara foi esclarecedor para além de realçar que as indicações que nos são

dadas é que naquilo que depende da atuação do município, no setor da Educação, as coisas têm corrido bem.

As obras vão correndo à medida do possível, com constrangimentos ou do empreiteiro ou do Tribunal de Contas, mas isso são coisas que a Câmara não pode controlar. Pode nalguns casos fazer pressão, noutros, pode dialogar e esperar, mas, genericamente, as coisas estão bem. Não se ouvem reclamações, não são reportados problemas e, portanto, o trabalho tem sido bem feito. E o elogio do relatório do primeiro ano da Educação no modo descentralizado é justo.

Depois uma outra situação que tem a ver, tem a ver um bocadinho com a tomada de posse da Câmara do edifício do colégio Alberto Souto. É triste ver como Estado, falo do Estado não falo do Governo, deixa degradar as suas instalações. Aquelas que deixou de usar e que não lhes dá uso, mas também não permite utilizá-las, e que vão sendo vandalizadas, abandonados, etc.

Mas também mesmo aquelas a que lhes dá uso. Eu confesso que me custa olhar para a fachada do quartel da GNR, para a fachada da Esquadra da PSP, e ver o estado de degradação aparente, espero que do lado de dentro esteja um bocadinho melhor, mas a imagem que neste caso estes 2 edifícios dão ao cidadão que ali passa é má, é desagradável. E acho que não é só em Aveiro. Portanto tem a ver com os edifícios públicos em geral do Estado. Se calhar era tempo de quem governa e quem vai passando pelos governos, independentemente dos partidos, também começasse a gerir o património público de maneira diferente. Porque os edifícios podem ter uns mais qualidade arquitetónica, outros podem ter menos. Mas acho que para quem trabalha dentro desses edifícios também merece ter a dignidade de umas fachadas, de instalações (digo fachadas porque é o que conheço não sei o que se passa lá dentro) limpas, pintadas, porque acho que para o desempenho da função também o aspeto exterior do local também é importante.

Depois nas Atividades que decorreram nestes 2 meses, obviamente, um destaque grande para o Tech Week. Mais uma vez provou na parte, digamos, de exposição, espetáculo, instalações, é um evento francamente mobilizador da população aveirense. Devem ser as noites que mais se vê população a circular. Mas também aqui uma observação e a Câmara poderá junto da PSP fazer o que entender.

Eu circulei no sábado, foi a noite que reservei para ver isto, não vi um único Polícia na rua!? A esquadra estava fechada e vi uns jovens a dirigirem-se aos seguranças do evento porque tinham perdido a carteira, onde é que se deviam dirigir para fazer a participação. Tenho visto a Esquadra móvel da PSP junto ao Rossio. Continua a ser um local onde há muito movimento de turistas para fazerem as viagens nos barcos moliceiros, e acho estranhíssimo que nestas duas noites em que já se sabe pela experiência que já temos, a quantidade de pessoas que estão em circulação na cidade, não haja mais Polícia. A PSP não sabe, não quer saber? Eu acho que isto era importante.

Felizmente não há problemas de segurança. Não tem havido, pode ser que a carteira foi perdida, não foi roubada, são coisas pequenas, mas que era importante que houvesse alguma coordenação com a PSP quando estes eventos se realizam, até como preparação daquilo que nós todos esperamos que venha a ser a conquista de direito a sermos Capital Europeia da Cultura, onde obviamente haverá muito mais gente e, naturalmente, haverá também pessoas com outras intenções.

Aveiro Tech Week também nos deu um exemplo de daquilo que deve ser a cooperação internacional, com a questão do acordo assinado com a Porto Digital, do Brasil. Estes eventos também servem para divulgar Aveiro nesta vertente mais tecnológica. E, sabe-se lá, talvez começar a termos um país convidado a cada ano que pudesse trazer não só representação da sua tecnologia. Enfim, cada ano fosse dedicado a um país e pudessemos

trazer cá pessoas desses países e houvesse um intercâmbio com a Câmara, com as empresas, com a Universidade, porque tudo isso é bom e positivo para Aveiro.

Por último, e tal como o Senhor Presidente da Assembleia referiu, estive também presente na reunião da Comissão de Acompanhamento da Capital Europeia da Cultura. Foi-nos apresentado o projeto final do Bidbook, portanto a poucos dias da entrega e confesso que saí francamente agradado com o trabalho que nos foi mostrado. O conceito foi melhorado, está um trabalho de excelência, as expectativas julgo que são positivas, mas estamos num concurso não estamos dentro da cabeça do júri.

Esperemos que o pouco que falta até ao dia 7 de Dezembro, nos corra a preceito para podermos vir a ter a organização deste evento. Se não ganharmos, que esta experiência destes anos seja mantida e melhorada. Porque penso que se está a provar que há espaço em Aveiro para determinado tipo de eventos e que as pessoas aderem.

Haverá certamente aspetos de comunicação melhorar. Mas isso de ano para ano vai-se melhorando, vai-se aprendendo com os erros que também se cometem e com as ineficiências que se acabam por verificar à posterior e, portanto, esse é um processo contínuo de aprendizagem que nos servirá para os anos seguintes.

Por último, duas questões rápidas. Ainda existem na cidade nomeadamente junto ao Tribunal, ao Centro de Congressos, e na rotunda do Hospital, pelo menos estes 3 locais, uns ecrãs de um projeto do Aveiro Digital que passava as notícias da “Terra Nova”. Notícias e outras informações, mas que eu penso que já há uns bons 10 anos que não passam nada. Aquilo foi um projeto, teve o seu tempo, hoje as tecnologias são outras, por que é que não se retiram esses ecrãs se não estão lá a fazer nada.

O segundo tem a ver com a iluminação do nó da Avenida Europa com a A25. Houve um tempo na altura da troika em que houve um acordo entre os concessionários das autoestradas e o Governo para que a iluminação dos nós (absurdamente, digo eu) desligava à meia-noite. Porque quando são feitos os projetos das estradas se põem lá iluminação é porque são precisos, entre outras coisas por questões de segurança. E segurança é iluminação desde que escurece até que amanhece. Isso penso que já não está em vigor, porque o nó do Estádio que foi recentemente renovado, a iluminação foi renovada para luminárias de leds, modernas, e está muito bem iluminado depois da meia-noite. Mas depois chegamos ao nó Avenida Europa e está completamente às escuras. Aliás, há muitos anos que aqueles postes grandes que estão nas zonas relvadas, que supostamente serviriam para iluminar mais aquela envolvente, há muitos anos estão sem funcionar.

Mas ter aquele nó que é urbano, estamos a falar de urbano, completamente às escuras a partir da meia-noite penso que não faz sentido nenhum. Eu não sei se isto tem a ver com o concessionário, se são eles que ligam uns e desligam outros, mas dá-me impressão que em ambiente urbano aquele nó devia estar permanente iluminado. Hoje em dia com tecnologia leds, apesar do custo de energia, o custo é substancialmente reduzido relativamente ao que era há 10 anos atrás e penso que ali já estão as luminárias no sítio é apenas tê-las ligadas.

Há outros sítios da Avenida Europa que ainda não tem iluminação, lá há-de chegar ao seu tempo, mas ali eu acho que que é importante, até pelos cruzamentos que tem, de quem entra e quem sai da Avenida Europa para a A25. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[061](#)

“Muito obrigado senhor Presidente. Bem, começando agora por esta última, o Aveiro Tech Week e de alguma maneira relacioná-lo com o Techdays. A ideia é feliz à partida. E Aveiro Tech Week faz todo o sentido, tem funcionado bem, e é um chamariz muito mais fácil por ter a parte visual, etc. e que se cruza de alguma maneira com a candidatura que a autarquia tem a Capital Europeia da Cultura. Mas, a meu ver, tem tirado um bocadinho a

desaceleração em relação ao Techdays. E eu acho que uma autarquia como a nossa devia apostar, muito concretamente, num cluster tecnológico. E quando eu digo cluster tecnológico, é dentro da própria tecnologia, uma parte muito específica da tecnologia. Nós temos aqui um grande curso de eletrónica e telecomunicações, temos um grande historial sobre isso e acho que está na altura, se calhar, porque do meu ponto de vista a Techdays acho que se devia de alguma maneira internacionalizar. Eu não estou a dizer que esse trabalho não esteja, não tenha vindo a ser feito. Estes processos demoram tempo. Para um evento de um certame específico se poder desenvolver, é preciso tempo e é preciso criar alavancagem junto dos grandes partners do segmento que se quiser. Segmento que se quiser apostar.

O que eu acho é que Aveiro é cluster tecnológico das telecomunicações e a meu ver, temos até um monumento das telecomunicações, por alguma razão é. Foi aqui que foi criada, enfim, a PT Inovação. Talvez seja a única empresa nacional que tem sede fora de Lisboa. E, portanto, é algo que temos que acarinhar. Eu acho que isto é bom, não quero é que se esqueçam que o Aveiro Tech Week que é muito mais bonito de se ver e é muito mais fácil de vender, depois retire a lógica da sinergia das empresas das telecomunicações, da tecnologia que Aveiro deve ter, desenvolver e acarinhar.

Senhor Presidente, depois de uma nota para a concretização da transferência do Mercado do Peixe para o Mercado Manuel Firmino, nem me recordo bem se era uma questão partidária ou não, mas do meu ponto de vista fez todo o sentido. E quem se opôs na altura, do meu ponto de vista, atirou ao lado, porque é só ir ao Mercado e falar com os comerciantes para se perceber muito facilmente, até do ponto de vista económico, o que se ganhou com isso. Agora, a minha lógica é ao contrário. O que é que vai acontecer, já vi que foi atribuído o concurso, que já deu aqui uma grande conversa entre mim e o Senhor Presidente, não vou voltar a ela, mas acho que a renda até boa para o município, pareceu-me bastante razoável. Vamos lá ver como é que vai, vamos lá ver é como é que vai depois resultar o projeto. E essa foi sempre a minha a discussão e a minha tónica em relação a isso. Porque eu acho que nós podemos fazer ali uma coisa bonita. Não quero voltar a isso era, só estava a sublinhar.

O que precisava verdadeiramente é que me dissesse qualquer coisinha sobre essa boa notícia que apresentou da entrega formal da chave do centro cívico do colégio Alberto Souto. Porque aquilo é um edifício com dimensão. O Senhor Presidente prepara, a autarquia prepara-se para gastar lá dinheiro bastante considerável. E a pergunta é para fazer o quê? Porque tenho algum receio que neste tipo de edifícios, que depois se recondicionam e melhoram etc, às vezes, vem-se com grandes ideias que funciona no papel e depois vai-se a ver e aquilo depois não funciona.

Aquilo é uma parte mais distante da Cidade, é Aradas, a Senhora Presidente não me leve a mal, mas é assim. A centralidade não é a mesma. E é evidente que, um edifício com aquela dimensão, não sei o que é que ali se pretenderá fazer, mas ao lado também há um outro edifício que é da autarquia, onde se prepara também uma intervenção, para também dar uma outra funcionalidade. Estão ali 2 edifícios com dimensão, que precisam de gente à volta para serem vivenciados e o dinheiro que o município irá gastar ali, é preciso que seja bem gasto e que tenha retorno para a autarquia.

Depois reiterar as questões que já fiz sobre a passagem no Parque. Tanto sobre aquele atravessamento do parque Dom Pedro e aproveitar também para responder em nota ao que é o tema do momento, sobre o que é intervenção no antes da ordem do dia e depois na ordem do dia. Quem lança a confusão é o Senhor Presidente de Câmara, que vai respondendo como lhe apetece (ouvem-se vozes). Não, não, isto está dentro da comunicação escrita, portanto é na comunicação escrita que tratamos. O Senhor Presidente de Câmara é que faz a Comunicação. Se eu tenho um ponto que é a Comunicação Escrita eu falo de tudo

o que o Senhor Presidente me conta na Comunicação Escrita, que é isso que eu tenho que avaliar neste ponto em concreto.

Ora, eu vou ter que fazer uma imaginação muito grande para achar que o atravessamento do parque Dom Pedro e este problema concreto que lhe disse, cabe nesta comunicação que eu lhe estou a fazer agora. O Senhor Presidente fará outra avaliação com certeza e terá todo o direito em a fazer. Só lhe peço que me responda. Objetivamente para mim era um assunto de antes da ordem do dia, como é evidente.

Depois uma nota. Vi que vai ser lançado o concurso para a parte dos carregamentos do ferryboat. O que me faz perguntar se o seguinte: provavelmente já terá dado essa informação e eu confesso que não ouvi, só gostava que me dissesse qual é a expectativa que há, porque ferryboat depois não funcionará sem os sítios para o carregamento devido, portanto, quando é que vamos ter ou quando é que a Câmara tem esperança, se tudo correr pelo melhor, de ter a funcionar o ferryboat ao serviço dos aveirenses?

Depois uma ultima nota sobre o quadro de revisão do Plano de Pormenor do Centro, que o Senhor Presidente diz está em fase final de revisão, para aprovação. Faz um conjunto na sua na sua síntese da Atividade Municipal muito genérico, o meu ponto de vista. Mas também não caberia aqui fazer uma grande especificação, para isso haveremos de ter tempo para conversar sobre isso. Ou aqui ou na Câmara com os vereadores do Partido Socialista.

Mas aquela zona, que tem uma forte pressão imobiliária, vai ter ali crescimento, hoje tem uma série de estacionamento, aliás, até desde o parque da rua Senhor dos Aflitos, propriedade de uma empresa construtora muito conhecida aqui de Aveiro, onde se estaciona uma série de carros, como naquela parte do Plano, que eram os 4 lotes, que já vendemos, onde estacionam muitos carros. E tomem nota, só o facto das chuvas terem vindo e terem alagado metade da área daquele terreno, causou logo um problema de estacionamento acrescido naquela zona. O que é que isso significa? Nós temos uma grande pressão do automóvel aqui e sobretudo naquela zona, que é uma zona central. E o que é certo é que vai ter que haver uma solução de estacionamento. Ou são parques fora da cidade com vaivém e os carros vão ter que ser impedidos de vir para o centro da cidade, é uma possibilidade. Ou uma solução híbrida que também contemple algum estacionamento. Em tempos idos, numa inusitada e inacreditável, inenarrável, aprovação pelo seu Partido Eng.º Ribau Esteves, não com o parecer de vexa porque não acredito que subscrevesse isso, esta Assembleia Municipal aprovou uma Parceria público-privada, que metia as escolas e os parques de estacionamento, tudo de uma confusão sem fim, que felizmente não deu em nada, mas que nos atrasou na requalificação do parque escolar, que o Senhor Presidente anda atrás do prejuízo. E o Plano tinha um parque de estacionamento previsto para ali, que eu penso até que seria uma ideia antiga do tempo Dr. Alberto Souto, não tenho bem por certo. Um parque que seria subterrâneo! Também não sei qual é o custo disso, aquilo ali mesmo ao pé da Ria, tem a mesma dificuldade seguramente que terá o parque aqui do Rossio.

Mas de qualquer maneira, se isso está pensado ou se se essa componente foi devidamente acautelada, porque eu estou convicto que daqui a uns 10 anos já não vamos ter o parque do Senhor dos Aflitos. Já não vamos ter aqueles parques que está por trás do lago da fonte nova, portanto que eram os lotes da Câmara Municipal e isso vai retirar, eu não sei, mas talvez 300 ou 400 lugares de estacionamento, que admito que não tenham que ser todos absorvidos numa lógica de uma cidade com uma mobilidade diferente, que se quer, mas de qualquer maneira alguns lugares de terão de existir como é evidente. E, portanto, eram estas as notas que gostaria de deixar para já.”

Vogal Ana seíça Neves (PS)⁰⁶³

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁴

“Obrigado Senhor Presidente, boa noite, Senhor Presidente, senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados. Duas notas muito breves relacionadas com um documento que está em análise. A primeira questão que aqui foi colocada pelo Senhor Presidente da Câmara foi a Educação. É indiscutivelmente impressionante o investimento ao nível do concelho o que se está a fazer nas nossas escolas, na área da Educação. Principalmente da pré e do primeiro ciclo. Projetos com qualidade. Projetos com qualidade, bonitos, diferentes, airosos, que transmita realmente alegria e frescura a quem lá trabalha. Quem lá estuda e quem lá trabalha.

Um já executado. Eu estive com todo presente na inauguração da Escola da Quinta do Loureiro, projeto excepcional, elogiado por toda a gente. Muita gente até melhor, saberá apreciar projetos do que eu.

Outro está em execução. Eu há dias por curiosidade estive a dar uma volta e vi. Está longe de ser concluída, mas adivinha-se ali uma grande obra, que é o centro escolar de Nossa Senhora de Fátima.

E aquele que eu espero com ansiedade, que o senhor Presidente disse que aguarda Visto do Tribunal de Contas, que é o Centro das Barrocas, que é aquele que me diz mais respeito. Mas que iremos ver, com certeza, arrancar na primeira oportunidade.

Sobre as obras em curso. São muitas, coordenadas, certinhas, sem observações de maior de parte dos cidadãos. Vamos ouvindo as pessoas e as pessoas não mostram descontentamento. São tolerantes talvez porque veem ser realmente obras de qualidade, obras bem estruturadas, obras bonitas e que, portanto, o que eles mais desejam realmente é que as obras acabem, na verdade, porque o que veem é o que na verdade se justifica e que, de alguma maneira ameniza e os leva a compreender e a tolerar alguns constrangimentos que no dia-a-dia realmente provoquem.

Falo com alguns colegas meus, do pequeno comércio, que não lamentam as obras ou que há prejuízos por causa das obras. O que eles lamentam é a tremenda carga fiscal que nós todos somos obrigados a pagar. Esse é que é o grande adversário e as grandes dificuldades do pequeno comércio. Mas que em verdade se diga, ramo nenhum passa por um bom momento. O comércio está com dificuldades. A cultura atual do nosso cidadão é diferente. Diferente na escolha de outros espaços para geralmente fazer as suas compras, mas é o que está, é a vida que temos. Mas não são as obras realmente que são culpadas pelo mau momento que o pequeno comércio está a atravessar.

Portanto, concretamente, a mais significativa neste momento é a nossa Avenida e o Rossio. O Senhor Presidente se puder dizer quando é que se prevê mais ou menos a conclusão da obra da Avenida, realmente gostaria realmente de saber para poder informar todas as pessoas que o solicitam.

O Rossio que tanta tinta fez correr. O cidadão que tantas ondas fez, hoje praticamente pode-se dizer que desapareceu em combate! É evidente. É a realidade e a verdade, porque as coisas boas vieram ao de cima. O Rossio decorre tranquilamente tanto como pudemos verificar e por aquilo que eu ouço. Naturalmente que quando a obra estiver concluída as preocupações que ali o senhor deputado tocou em termos estacionamento serão resolvidas. Pelo menos grandemente amenizados senhor deputado. O que o senhor citou em termos estacionamento é um problema que temos em toda a cidade. Na nossa Beira Mar também. Mas o Rossio, não tenho dúvidas nenhuma, vai amenizar. Talvez não resolva totalmente, mas irá amenizar alguns constrangimentos.

Avenida 25 de Abril. Avenida Infante D. Henrique. A nossa Ponte Praça. Aí Senhor Presidente deixe-me associar àqueles que veem que nunca mais veem a luz ao fundo do

túnel. Estamos todos à espera de ver. O Senhor tem de andar com aquilo depressa para a frente para a gente deixar de estar nesta ansiedade.

No Social. Senhor Presidente é muito bom como as coisas funcionam agora. Ordenadas. As pessoas sabem onde se dirigir. São atendidas pelas três IPSS com personalidade, com respeito, com educação. São esclarecidas pelos profissionais, está a funcionar muito bem a questão da área social.

Também quero dizer e reforçar aquilo que o Dr. Pires da Rosa já falou, a transferência dos senhores comerciantes do peixe para o mercado Manuel Firmino foi pacífica. Por aquilo que me é dado a perceber estão contentes. Também se queixam que os negócios não estão famosos, é o que está. Mas foi também mais uma medida muito acertada.

Isto Senhor Presidente são apenas os pontos assim sintéticos, daquilo que eu queria registar neste ponto e manifestar realmente a nossa concordância e solidariedade total da União de Freguesias Glória e Vera Cruz com as obras que estão a decorrer na nossa Cidade. Obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁶⁵

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁶⁶

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Gostaria de salientar neste período, algo já referido de forma positiva por outros elementos desta assembleia, tanto da oposição como da posição, o Aveiro Tech Week, que decorreu durante o período de 10 a 16 de Outubro, que assentou em 3 Pilares fundamentais:

O primeiro pilar o CRIATECH. na sua 6ª edição, que apresentou 45 instalações concebidas por 53 artistas de 10 nacionalidades. Foram 6 dias de constante desafio aos aveirenses para escutarem os “Ecos do Futuro”, através de intervenções de artistas em espaços públicos e patrimoniais da cidade de Aveiro

Segundo pilar, TECHDAYS. Já na sua 8ª edição, criou uma agitação diferente na cidade, com a inovação tecnológica a circular com os aveirenses nas ruas da cidade. Além das sessões e conversas sobre temas centrais da atualidade, como são disso exemplo as sessões realizadas no Teatro Aveirense, com forte mobilização e participação da plateia e dos utilizadores online

A importância da tecnologia nas nossas vidas tem sido crescente, todos reconhecemos, e no futuro será ainda mais, quer seja na mobilidade, no ambiente, entre outras vivências, com claro incremento da qualidade de vida dos cidadãos, sendo o seu mais claro exemplo, o veículo de condução autónoma de transporte público, que em 10 dias transportou cerca de um milhar de passageiros, um claro momento de aproximação a um “novo presente”

Foram ainda várias e diversificadas as demonstrações de mobilidade que levaram a Praça da República e Mercado Manuel Firmino para esse mesmo “novo presente”. Ainda salientar o primeiro Aveiro Tech City Open Day, numa clara aproximação da universidade as empresas tecnológicas da cidade, tendo envolvido mais de 100 alunos. Ainda neste âmbito, de salientar a 1ª edição do Aveiro Tech Week Hackathon, uma novidade, com 90 participantes a responderem aos desafios lançados pela CMA, Altice Labs, Bosch, Ubiwhere, Wavecom, IT e UA

De salientar ainda a componente internacional do evento, com a ligação Portugal-Brasil, através do Brasil Tech Days, promovido pela Porto Digital Brasil, com início da internacionalização em Portugal através da nossa cidade, crescendo ainda que em colaboração com a APEX trouxe uma comitiva de investidores e empresários com o objetivo de criar sinergias, dinâmicas e investimentos.

Terceiro pilar o PRISMA. Na sua 3ª edição, um roteiro com 8 instalações assinadas por 16 artistas de 6 nacionalidades, que todos pudemos ver, encheu de pessoas as ruas da cidade, com diversas estruturas interativas, videomapping e outras manifestações artísticas.

Por fim, salientar o reconhecimento por parte do IAPMEI, que coordena em Portugal, a iniciativa da Comissão Europeia, para a distinção das boas práticas de promoção do empreendedorismo na Europa, tendo atribuído o primeiro lugar ao projeto Educação STEAM, centrado numa metodologia de ensino que integra o conhecimento de várias áreas, no sentido de preparar os alunos para os desafios do futuro, quer como cidadãos, quer para o mercado de trabalho. Em simultâneo, neste projeto, têm sido promovidas iniciativas de formação junto de professores e educadores, contando já com mais de 500 professores com formação concluída neste âmbito e já permitiu o envolvimento de mais de 22.600 estudantes de Aveiro.

Para terminar, ficamos a aguardar pela edição de 2023, e que ambição tem o executivo para o futuro e que possa continuar a elevar este evento chamado Aveiro Tech Week que é hoje, já parte integrante do processo de candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura 2027.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶⁸

“Vou procurar ser curto. A hora já vai longa, mas gostava de fazer aqui algumas referências. Aliás, não nem é preciso elencar muitos aspetos positivos da própria agenda, porque o Partido Socialista já fez questão de firmar isso aqui nesta Assembleia Municipal, dizendo que efetivamente há aqui atividades de muito boa qualidade neste relatório da Atividade Municipal.

Mas eu gostava só de fazer aqui um enquadramento muito rápido sobre alguma confusão que eu vejo aqui na esquerda, isto tem que ser dito e vai elencar com um dos pontos também que eu gostava de referir no âmbito desta Atividade, que é, por um lado, o Salavessa diz que de facto o Orçamento Estado tem impacto sobre o município. Depois temos o João Moniz a dizer que é preciso uma resposta holística dos municípios para combater a pobreza. E meus amigos, se não sabem, fez no dia 28 de Outubro 27 anos, em que desses 27 anos, 20 anos foram governados pela esquerda em Portugal e 7 anos foram governados pela direita.

Num primeiro caso a direita governou 3 anos para sair de um “pântano”. E depois 4,4 anos para sair de uma bancarrota.

E, portanto, é este o histórico que nós temos e foi este o espaço para que a esquerda pudesse ou implementasse, do ponto de vista do programa do Governo, para que hoje tivéssemos um país mais próspero e com menos risco de pobreza. Infelizmente não é isso que se verifica.

E depois vem falar dos municípios, que os municípios é que tem que dar essa resposta! Está completamente errado desse ponto de vista. E, portanto, os senhores têm, eu vou-vos dizer, eu cada vez sou mais simpatizante de algumas reivindicações de alguns votantes na esquerda, pela simples razão, quando se fala de aumentos de salários, de melhor qualidade de vida, todos queremos isso.

O problema é que esses eleitores são enganados nessa conversa da “esquerda” que na realidade não provoca essa melhoria em termos de qualidade de vida. Aquilo que provocam é um atraso, um retrocesso e, de facto, pôr-nos em situações como aquela que nos encontramos hoje.

Que ninguém tenha dúvida. Que se deve a um problema de sobre-endividamento do Estado Português que não tem hoje capacidade de dar resposta à emergência que estamos a viver, porque agora a prioridade é pagar a dívida e trabalhar ao nível do défice do Estado.

Isto é que é problemático. Numa altura em que era preciso, de facto, de o Governo dar um apoio às pessoas numa situação de dificuldade, as prioridades são outras porque não trataram de arrumar a casa na altura devida.

Normalmente diz-se que os bons gestores se veem nas alturas de crescimento — e foi exatamente o oposto que aconteceu. De facto, foi o que estes Governos de Esquerda fizeram durante este período todo.

E isto vai elencar num ponto, eu não vou referir todos os outros, que é a Educação. A Educação é fortíssima em termos de investimento, quer em questões materiais, quer imateriais, não há qualquer dúvida sobre isso. Os dados estão aí em cima, mas o ponto que eu gostava então de só focar não pela sua importância de expressão deste Relatório de Atividades, que é o fundo de apoio às famílias. Como está explanado em 8 de Setembro apoiou mais 6 famílias, no dia 20 de Outubro volta a apoiar mais 5 famílias. Aqui não é pela expressão em si, mas é pelo acumular de uma Câmara que está capacitada e que nunca faltará, porque, de facto, fez o seu trabalho de arrumar a casa e capacitou-se financeira e economicamente, para dar respostas quando essas necessidades surjam. E, portanto, isso nunca vai faltar no caso do município de Aveiro.

É claro que hoje adicionamos ao fundo de apoio às famílias, novos instrumentos que vem do processo de Descentralização, da Ação Social, o que significa que hoje ainda estamos mais bem capacitados para dar resposta às emergências que vão surgir. E que ninguém tenha dúvidas que vão surgir em força e 2023 vai ser um ano de provação para todos nós. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[070](#)

“Senhor Presidente, muito obrigado. De forma sumária, objetiva o mais possível. Em relação à questão que o Salavessa colocou da rotunda das Pontes estar parada. Pois, é preciso cuidado a analisar certas obras. 90% daquela obra e por baixo. Quem hoje faz um passeio de moliceiro, o meu amigo não fará, vê pelo aspeto que a obra está em ponta final. Embora a complexidade da obra que ali foi feita, que foi reforçar a estrutura das pontes que estava já com alguma debilidade, porque nunca na vida depois de ter sido construída, nunca tinha tido manutenção. E, portanto, foram colocadas fibras de carbono para reforçar aquela estrutura toda, para a capacitar, e foi uma solução obviamente muito mais cara do que lhe meter mais uma placa em cima, porque, obviamente, tínhamos que poupar o máximo de espaço, porque senão íamos criar mais problemas, porque o espaço já é pouco à circulação dos moliceiros.

Cá em cima, a obra vai parecer parada mais algum tempo, cá em cima, porque temos uma operação muito delicada, que era para ter sido feito no início da obra, mas vai ser só agora a meio, que é a mudança da estação elevatória que está ali no meio do caminho das passadeiras a seguir ao Hotel.

E, portanto, a razão é que a obra no início estava desenhada para ser feita das pontes para o Rossio, e do Rossio para a Ponte São João. E tivemos que inverter isto. E como vemos ela está a ser feita no que respeita ao espaço público, não do edifício de estacionamento, mas da Ponte São João para as Pontes Praça. E tudo isto porquê? Por causa da complexidade técnica de projeto da obra da mudança da velha estação elevatória para a nova. Esta a questão que vai provocar que a finalização da obra das Pontes vai encostar-se à finalização da obra, quando ela estava na fase inicial.

Quanto à rotunda de Esgueira. As componentes que referenciou e bem, estão no segundo projeto. Nós decidimos a meio do caminho dividir a obra, uma parte a rotunda, a outra parte o túnel e a reformulação do cruzamento do lado da Avenida da Força Aérea.

Estamos a ultimar pormenores, no início do próximo ano é lançado o concurso para termos a obra. Também quisemos, por opção de gestão, percebemos a certa altura que estar aquilo tudo em obras era uma grande confusão e, portanto, também por isso decidimos dividir. A obra integra a reabilitação dos painéis, embora já foi feito um primeiro trabalho de caracterização com pormenores de estabilização de alguns deles. Portanto esse processo vai seguir, e vamos ter o fim da obra da rotunda de Esgueira, e pouco tempo depois o arranque da outra obra, como chamamos, do túnel Esgueira. Agora, quando saímos da rotunda e entramos no túnel parece haver ali uma coisa que não bate certo! E não bate. Porque a rotunda já está feita com o alinhamento do separador novo que vai túnel fora. Porque o túnel vai ter apenas uma faixa para entrar na Avenida Força Aérea e vai continuar a ter duas para sair da Força Aérea para o túnel de Esgueira. Vamos também aumentar o espaço pedonal e segregar a pista clicável dos dois passeios nas zonas do túnel. Portanto vamos perder uma faixa de carros para ganhar uma faixa dedicada, de dois sentidos, para a ciclovía, mantendo as duas plataformas para circulação pedonal.

Quanto a São Jacinto. Nós temos 4 habitações degradadas e inabitadas. Nós estamos com um problema muito complicado. Nós temos neste momento 70 projetos de reabilitação de fogos prontos, fogos que não estão com capacidade de habitação, foram projetos muito complicados sob o processo de pormenor, porque há mil coisas para fazer. Eletricidade, canalização, uma porta, uma janela, mil coisas. E agora estamos num outro problema que é na antecâmara do lançamento do concurso para reabilitar estes 70 fogos conseguirmos empreiteiro interessado nestas obras.

Assim, em São Jacinto estamos a procurar uma operação que junte temporalmente a obra do parque de campismo, a obra da capela mortuária, e a obra da reabilitação dessas casas.

E, eventualmente, ainda há lá um problema, a segunda fase da obra de habitação do Bairro Social de São Jacinto. Porquê? Porque os empreiteiros não querem ir trabalhar para São Jacinto. Nós lançámos o concurso da capela mortuária, não teve candidato. Auscultámos o mercado e o mercado diz-nos, enfim, forçando muito nós, que eventualmente só pelo dobro do dinheiro e mesmo assim o nível de interesse é muito baixo.

Continuamos nesta situação. As empresas têm muito trabalho e escolhem trabalho, como é lógico, dão-se ao direito e bem, de escolher o trabalho que mais interessa, que mais rentabilidade tem, etc. Portanto, temos aqui, nestas obras que exigem mais pormenor, muitas especialidades em pouco território é uma dificuldade acrescente.

Quanto ao Gabriel Bernardo e outras pessoas que falaram da hasta pública. Agora a palavra “mega” não é minha, é do jornalista. A hasta pública está a ser ultimada. Está em preparação, vai a Câmara, virá à Assembleia se legalmente assim tiver que ser.

E apenas é nós continuarmos a cuidar do nosso património. E há património que não interessa tê-lo. Interessa que ele seja utilizado em prol do desenvolvimento. Algum dele, enfim, alguém falou do espaço à frente da antiga Reitoria. É para cumprir funções públicas muito importantes de estacionamento, aumentando de forma relevante a capacidade estacionar naquele sítio, porque ele vai passar a ter uma quota de cave e uma quota de superfície e aumentar também a oferta de residências para estudantes, camas para estudantes. Sabendo que, vai ser um investimento privado. É o único dos terrenos, todos os outros têm edificação têm que cumprir a lei em vigor, nomeadamente o PDM. Aquele além de ter que cumprir o PDM vai ter um caderno de encargos muito claramente definido, em relação número de lugares em cave de estacionamento, outro à superfície, número de pisos do edifício, área comercial, área para alojamento, portanto tem um caderno muito apertado para o seu investidor.

Portanto vamos continuar esta lógica de rentabilização do nosso património para se tornar útil à comunidade, porque o património inútil é um absurdo de gestão e nós vamos prosseguir este caminho.

Entendemos que esta hasta que já queríamos que ela já tivesse acontecido para aproveitarmos o pico da procura e dos preços do nosso mercado, mas pronto, depois há mil dificuldades. É um processo muito complexo. Relatórios de avaliação, informações de enquadramento na gestão territorial, etc. Mas é uma operação que está a correr muito bem e é a nossa continuada boa gestão patrimonial, colocando-a ao serviço das pessoas e, obviamente, desafiando aqueles que têm estado a responder muito bem, que são as empresas privadas a virem investir e a virem colocar operações económicas no terreno.

A dissolução da Aveiro-Expo. Gabriel, depois posso falar consigo mais a preceito para lhe explicar bem isto. Apenas estamos a cumprir a Lei 50 de 2012, que determinou que todas as empresas municipais que em 3 anos consecutivos dessem prejuízo, têm que acabar ao abrigo da lei. E, portanto, como aquilo era tudo gerido com os pés, de gente que só fazia disparates, uma empresa daquelas que facilmente dispõe de uma situação económica tranquila, que foi o que fizemos no nosso segundo ano de gestão, mas pronto, caiu nessa malha dos 3 anos de défice e teve que ser extinta.

Depois há um conjunto de vicissitudes. Nós nesta fase de Capital Europeia da Cultura, tínhamos que dizer, com formalidades cumpridas, como é que vamos gerir a candidatura, ou melhor, como é que vamos gerir o título se o ganharmos. Já não há conversa, teve que haver uma deliberação de Câmara que aprovou um Estatuto, que obviamente ainda são uma primeira abordagem, mas tínhamos que dizer como é que nós vamos gerir. E nós vamos querer gerir com uma empresa municipal, participada pelos nossos três parceiros principais deste processo. A Universidade, a AIDA, e a CIRA.

Portanto é neste quadro que vamos trabalhar. Se vamos ter o título está montada a operação. Não vamos ter o título, temos que criar uma Empresa Municipal nova para gerir o Parque de Feiras e Exposições. É este o quadro que nós queremos sobre isto.

Quanto às queixas dos moradores, diga-lhes apenas que a Câmara está ao dispor para falar com eles, com todo o gosto, como sempre fazemos. Não vemos o Chega como um interlocutor válido para pôr os cidadãos a falar com a sua Câmara Municipal.

Quanto a lugares de estacionamento há um problema e não há volta a dar. E já disse na Assembleia, depois vamos falar disso no Plano e Orçamento, que estamos a fazer um trabalho que já está em fase final, que é esta relação cuidada de pressionarmos pelo preço do estacionamento e pelas dificuldades de estacionar no Centro, aumentar a oferta de transporte público para que as pessoas possam deixar o carro em casa ou nas periferias e usarem transporte público para virem ao Centro.

E a sociedade em que estamos a viver, só querem viver em T0 ou T1. E cada T0 ou T1 tem um carro ou tem dois carros. Às vezes dizemos aos nossos investidores, mas dizem, não, não, os nossos clientes vão andar todos Uber! Ponto um, não é verdade.

Ponto dois, eu digo sempre, mas os Uberes também estacionam. Ah, não, não, aquilo anda sempre a anda! Não é verdade.

Os Uberes não são viaturas do 24 horas de Le Mans em que só parou na box para mudar de motorista, não são assim. Também estacionam. E nalguma ilusão de alguns, se a gente não andar no nosso caro, mas andar de Uber é porreiro para o espaço público, porque há mais espaço para o carro! Não é verdade. O Uber também para porque o motorista de Uber também almoça, também tem que ir aos serviços, também vai o comércio comprar coisas, etc.

Portanto estamos com problema. Na Beira-Mar ainda há poucos anos havia pescadores sem carro. Há menos anos começou a haver gente com um carro apenas. Agora têm 2 ou 3. Há pessoas que tem lá uma casa com 3 pisos e estão a meter processos na Câmara para dividir uma casa em 3 casas dentro da mesma moradia. E depois todos achamos que não devemos andar de carro, a pé e de bicicleta e que é bem. Mas sempre a grande temática do carro e onde o estacionam é a grande questão.

E, portanto, estamos a abordar isto forma radicalmente diferente. Hoje ouvimos e muitas vezes, a Dr.^a Ana Maria de uns rapazes que fazem umas asneiras. A esmagadora maioria dos nossos automobilistas não fazem asneiras, são cumpridores. Os 3 exemplos que deu é de gente que anda a dormir na estrada e a fazer asneiras. E é minha convicção e minha percepção como automobilista que, cada vez há mais pessoas que vão dormir para a estrada e que fazem asneiras inacreditáveis. Mas não são esses os que condicionam, porque a esmagadora maioria dos nossos automobilistas são competentes, têm bom senso e cumprem a lei.

Agora, isto não tem a ver com a obra! Isto tem a ver com a falta de bom-senso, com a falta de civismo. E nós temos que lutar pela boa utilização do espaço público. Não é porque alguém faz uma marcha-atrás onde não pode ou que faz uma volta por uma rotunda ao contrário, que nós vamos destruir rotunda ou alterar o sentido a estrada.

Portanto temos que nos focar naquilo que tem sentido e não andar aqui com perturbações, porque num dia vimos 3 pessoas a fazer asneiras. Olhe, se eu ficasse traumatizado nos dias em que vejo 2 ou 3 pessoas a fazerem asneiras, pois, coitado de mim, eu estaria seguramente internado num hospital psiquiátrico. Ainda hoje na minha deslocação de Aveiro para Coimbra e de Coimbra para Aveiro, quantas contei. E nenhuma delas pôs em risco a minha vida e do meu estimado motorista.

Não percebi a sua questão Pedro, sobre a questão do estacionamento temporário. Mas dizer que o estacionamento na rua da 4.^a companhia e para ficar definitivo e não é pago.

Na Praceta Infante Dom Henrique aí vai haver uma reformulação profunda do estacionamento. Mantemos mais ou menos a quantidade de lugares, mas redistribuímos. Aquela coisa enorme que havia no meio servia para coisa nenhuma. E então vamos ter o meio agregado a um dos lados da passadeira para poder haver esplanadas. Depois fica do outro lado a estrada onde se circula e onde se pode estacionar o carro de um lado e do outro.

O António Monteiro vê uma cidade árida!? Nós não vemos. E se está a falar das árvores da Avenida 25 de Abril, fizemos aquilo que tinha de ser feito. Temos a sorte também, até hoje, de todas elas que foram tiradas foram pela nossa mão. Nenhuma caiu antes do tempo. Mas devo-lhe dizer e se quiser reportagem fotográfica, relatórios, ao dispor, mas que uma ou outra chegámos em cima do limite.

Eu prefiro isso do que outra coisa. E saiba também que a lenha não fixa carbono!? O que fixa carbono e a parte verde das folhas, a lenha não fixa carbono. Depois posso explicar isto com mais um bocadinho de pormenor que agora não tenho tempo.

Quanto ao Sol na Praça do Marquês. Olhe, é a vida. No tempo em o Presidente Alberto Souto decidiu fazer, ele queria lá saber das arvores. Era para cima e bota e vira e cada um que se amane e que leve um guarda sol. Na altura não havia nem PAN nem Bloco de Esquerda. Foi uma sorte que o Presidente Alberto Souto teve. Mesmo assim, fez uma carrada de asneiras e deixou a Câmara de pantanas. Mas tinha uma sorte, nem PAN nem Bloco de Esquerda. Nós agora levamos com o PAN e com o Bloco de Esquerda, de quem gostamos muito. Discordamos em quase tudo, mas não são vocês que nos vão tirar de gerir bem o nosso território, tirar uma árvore errada do sítio errado e pôr uma árvore certa no sítio certo. É assim que vamos continuar a fazer, esperando sempre que algumas que estão para cair, não caiam antes de nós as tirarmos.

João Moniz, a frota é da empresa privada, financiada pelo POSEUR. As empresas privadas também têm acesso a Fundos Comunitários. O nosso operador tinha feito um primeiro concurso para três autocarros e foram financiados pelo POSEUR e agora, houve mais um Aviso, nós ajudámos em algumas questões com a candidatura, e tiveram provimento e portanto, vamos ter para o próximo ano 14 viaturas elétricas a funcionar no nosso sistema.

Estes autocarros são do concessionário. Enquanto os navios são nossos, os autocarros são do concessionário. Quando este concessionário for embora leva os autocarros, o concessionário que chegar traz autocarros. Portanto é esta a lógica que nós temos montada.

Jorge Greno, vamos finalmente tirar os painéis da “terra nova”, como nós chamamos. Já falamos com o eng. Lagarto, está tudo tratado. Eles são 11 painéis. Agora andamos com uma complicação que é o que vamos fazer às ligações elétricas. Cada painel daqueles tem uma ligação elétrica e tem que lhe ser dado o destino. Aquela coisa que alguns pensariam, que é cortar o fio e tapar por cima, não pode. O fio está tem carga, tem energia, portanto, estamos a cuidar se colocamos um armário ou se desativamos o ramal todo. Temos acordado isso também com o engenheiro Vasco Lagarto, além de ser o gestor da rádio terra nova, foi o mentor de todo esse projeto.

Quanto às ligações dos postes nos nós da autoestrada, eu não percebi muito bem a lógica, mas de vez em quando, desligam ali e ligam acolá, eu acho que é para dar a impressão que estão a poupar energia, não percebo muito bem. Embora, também nunca percebi muito bem porque é que em Portugal os nós da autoestrada estão eliminados!? Os nós de autoestrada, porque este que fala é marcadamente um nó urbano. Eu nunca percebi o que fazem luzes a iluminar nós de autoestrada. Normalmente os pardais àquela hora dormem, os automobilistas não circulam e os que circulam acendem as luzes dos carros. Não percebi, nunca percebi na minha vida, mas também não interessa. E, portanto, quando vejo por causa da pandemia ou da poupança de energia, os nós das autoestradas com as luzes desligadas, eu aplaudo.

Eu aplaudo, até porque, em regra, tenho o hábito de ligar as luzes dos carros. Agora os nossos carros até acendem automaticamente, nem nos temos que nos preocupar com isso. Eu peço, enfim, eu não sei se o Pires da Rosa ouviu a intervenção do Bruno Costa? Ele explicou a dimensão, o crescimento do TECHDAYS, no Aveiro TECHWEEK.

Bom se estive eu dispenso. Obrigado Bruno. É que às vezes é evidente, quem não gosta de luzes. Tosa a gente gosta do PRISMA. O PRISMA tem um impacto brutal. O CREATECH já tem uma exigência diferente. Mas o PRISMA é do gosto de toda a gente. É muito universal. E, portanto, coitado do TECHDAYS. O TECHDAYS não é um espetáculo. O PRISMA é um espetáculo. Portanto o TECHDAYS cresceu muito. Numa tipologia e numa formulação diferente, mas é aquele o caminho que nós queremos. Com uma adesão muito boa. Há alguns aspetos a melhorar? Claro que sim. Sempre cadastramos e dizemos no próximo ano há que melhorar isto ou aquilo. Mas o Aveiro TECHWEEK 22 mostrou claramente a capacidade de crescimento da aposta nas suas três versões e este ano teve uma quarta ligada ao nosso processo de candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura.

No Colégio Alberto Souto vamos fazer o quê? Eu às vezes fico triste! Nós fazemos notas de imprensa. Boletim Municipal. Está tudo escrito sobre isso. Mas o Pedro Pires da Rosa ainda não conseguiu ler!?

Eu amanhã vou mandar-lhe um email, porque é uma coisa muito interessante. No concurso de ideias está lá tudo explicado. Quer dizer já tanta coisa foi falada sobre isso e o meu amigo ainda não conseguiu ter informação.

Sumariamente. Vai ser o Arquivo Municipal. O Arquivo Municipal que vai se pretextar de produção e criatividade cultural. Ambiente de laboratório para a participação cidadã com base na história do nosso património. Aquilo não vai ser só para guardar papéis e documentos. O nosso espólio de azulejos, um conjunto vasto de espólios que temos vai para lá. E esses espólios diversos com valor cultural brutal, são uma matéria-prima que nós queremos colocar como base para a criatividade cultural, para os laboratórios de cidadania, residências artísticas que vamos capacitar, etc. A vida do Centro Cívico (vai ser agora adjudicada a obra já com o Visto do Tribunal de Contas que também foi difícil, mas

já chegou) é para ter uma vida própria. Terá relação com o que se vai passar nos terrenos do Colégio, pois com certeza que vai ter, mas vida autónoma e uma novidade que apresentaremos proximamente. Uma boa novidade que apresentaremos proximamente.

Quando é que eu acho que o ferry vai começar a funcionar, o ferry novo elétrico. Na conjugação dos fatores, o desenvolvimento do navio (que está a correr tranquilamente bem) e o sistema de carregamento, que é aqui o nosso aperto, pois tivemos apenas um candidato, estamos a analisar a proposta para ver se ela é válida, para a podermos adjudicar. É minha profunda convicção que no início do Verão do ano 23, nós teremos o nosso ferry a funcionar.

Vamos supor que não conseguimos adjudicar e temos que fazer um segundo concurso para o carregamento. O que eu acabei de dizer não vai ser possível.

Portanto há aqui ainda pontos de interrogação. A maré está boa para o navio, tranquilamente, a maré tem aqui algumas tensões para o sistema de carregamento. Esperemos que tudo corra bem e é minha convicção que vai correr.

Estacionamento PP do Centro suscita a todos a atenção. O dossier cá virá. Mas a lógica que tem criada a proposta é uma lógica de induzir, nalguns sítios obrigar os investidores privados nos terrenos privados a terem frações de estacionamento público.

E nalgumas delas, a Câmara já está a negociar para comprar frações de estacionamento público, para depois obviamente ficarem suas e fazer a gestão por administração direta. Aquilo que se entender. O Plano de Pormenor do Centro está hoje em vigor não quis saber do carro dos outros. Nós queremos saber do carro dos outros. Porque por exemplo o carro dos outros são os carros dos utilizadores do Centro de Congresso, dos utilizadores do Instituto de Emprego, dos utilizadores do Centro de Formação Profissional, etc.

Mas o Plano de Pormenor, quem o fez e que reviu, só fez disparates. Imaginem tem um estacionamento meio na água, meio na terra, quase até à fachada do Centro de Congressos, enfim, aquelas ilusões do nosso município, da nossa Câmara, que andou a ser gerido com os pés, nomeadamente quanto à gestão financeira.

Quanto às flores que a Ana Maria sugere que sejam colocadas na Forca e por outros sítios. Nós queremos aumentar a presença da flor no espaço público dos nossos jardins. É um episódio muito, muito bonito, muito interessante. É um investimento grande, é um investimento grande. Sejam as flores de que tipo forem, elas têm uma vida umas um bocadinho mais longa outras um bocadinho mais curtas. Mas nós temos que mudar três ou quatro vezes por ano, mas queremos prosseguir este caminho. É de grande agrado de toda a gente. Como sabem as flores chegaram ao espaço público pela nossa mão e queremos aumentar a área. Infelizmente na Forca quem desenhou aquele absurdo espaço urbano esqueceu os espaços verdes. Mas há lá uma coisitica ou outra e nós temos também umas ideias para pendurar lá algumas flores nalguns sítios.

Quanto às ruas que referenciou, todas elas, São Sebastião, São Martinho, Bairro do Liceu, estão todas ou entregues a empreiteiros ou em concurso, para ser lançadas ou em fase final de projeto. Toda aquela zona da cidade vai ter reabilitação urbana profunda, para lhes dar a devida qualidade, que se vê em zonas próximas, como sabemos, obras que já realizamos. Portanto, é nesse quadro, uma delas tivemos azar porque já podia estar feita, era a tal que estava entregue ao tal empreiteiro Rosas Construtores, que faliu e deixou-nos pendurados em várias obras e esta é uma delas, mas é a vida.

Quanto ao alojamento local. Nós temos este numero que é três mil camas. Ilegais, não sabemos. Mas suscito a todos os membros da Assembleia Municipal, especialmente aqueles que são do Direito, que sempre que saibam dum alojamento local ilegal que nos informem. E eu garanto que nós atuamos. Estamos aqui para trabalhar todos. Ser autarca da Assembleia Municipal não é vir às reuniões. É trabalhar todos os dias e partilharem o

conhecimento que têm, designadamente coisas que são ilegais e que é nossa responsabilidade, de todos nós autarcas, repor a sua legalidade.

Vir aqui e não sei o quê, há coisas ilegais, não serve para nada. Serve um SMS, um email, uma pomba com um papelinho, a dizer, olhe no sitio tal há um alojamento local ilegal. Mantenham o anonimato, nós iremos atuar e vamos lá ver se é verdade se é mentira. Conversa da treta é dispensável. Porque discursos de ilegalidade eu dispenso. Da Lei temos que tratar com regras. E eu vos garanto, como presidente de Câmara, ação sobre ilegalidade total e absoluta. Portanto faz favor de dizer as moradas, aquilo que sabe, que eu garanto que nós atuamos.

É minha convicção que, Presidente Fernando Marques, a Avenida está pronta por Abril/Maio. Vamos ver. Se continuar a chover tanto o que eu acabei de dizer é capaz de estar em crise, se chover um bocado menos do que nas últimas semanas, quem sabe se não acaba antes do que eu acabei de dizer. Mas, enfim, a luta continua. Vamos é que ter uma grande festa, quando acabarmos aquela obra vai ser uma grande festa. Vai ser uma inauguração à moda antiga. Nós agora só fazemos inaugurações à moda Covid. Uma coisita e tal, fazer uma comunicação para a comunicação social, etc.

Avenida vai ser uma grandessíssima festa. Seja a obra pronta em Março, Abril ou em Maio. E estão já todos convidados. Toda a malta está convidada para nós irmos todos. E também vai ter pombas e tudo. Vai ser um encanto.

Senhor Presidente, com mais 2 ou 3 minutos eu acho que consigo terminar. Enfim, não dizer a palavra artesanato muitas vezes, mas vou dizer que nós apoiamos muito artesanato. E se o presidente Evaristo não falou dessa parte é porque o Chega o estimulou muito para queixa. E não é possível estimular muito. O nosso Evaristo é um homem que se queixa com relativa facilidade. Por exemplo o mercado de artesanato de Agosto foi um grande sucesso este ano, para surpresa deles. O que ele me chateou o juízo para não irem para a praça do Marquês. E queria ir para onde? Para a varanda do Atlas. Nós proibimos, como sabem não houve lá festival dos canais porque aquilo se tiver muita gente em cima pode ruir. Um dia destes, vão ver um concurso que vamos lançar, uma obra super desagradável, que temos de partir aquela coisa toda e vamos construir um edifício novo naquela parte. E tivemos que proibir toda a gente de fazer lá concentrações de pessoas, porque se corre o risco se houver uma concentração de pessoas, aquela placa que tem lojas por baixo pode ruir. Portanto não andamos aqui a brincar às conversas. O Evaristo, como é o encanto de pessoa, super trabalhador, mas sempre me meteu na cabeça que o Marquês não serve para nada, pois foi para o Marquês e foi um sucesso.

Vocês sabem hoje qual é o nosso Museu por dia que tem mais visitas no Verão? A Igreja das Carmelitas. É fantástico, não é. Sabem que Praça da cidade e que é preciso usar para entrar na porta das Carmelitas? A Praça Marquês de Pombal. Sabem quem é que estava à porta durante o mês de Agosto a vender artesanato Regional de Aveiro e não só (este ano foi pena não ter queijo da Serra) o nosso Evaristo e os seus amigos. Portanto Bernardo, seguramente que para o ano quando for lá ao Marquês vai ver uma coisa linda.

Ponte de Pau. Vamos fazer. Temos só um candidato na obra. Estamos a analisar a proposta. É uma obra delicada para pôr aquilo no sítio, estabilizar o tabuleiro para ele não ter riscos de, pela sua crescente e continuada movimentação possa vir um dia a cair. Resolver o problema do encontro do lado da Sé e, portanto, é essa a obra que vai ser que vai ser feita. E um abraço a todos. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções, de seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁷¹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados⁰⁷² os trabalhos da reunião, informando que a sessão continua no próximo dia 10 de novembro (quinta-feira).

Eram 00:30 horas do dia 05 de novembro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)